



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Representações dos media sobre os impactos psicossociais das
alterações climáticas, em Portugal

Carolina Rebelo Rodrigues

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:
Doutora Susana Batel, Investigadora Auxiliar,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Representações dos media sobre os impactos psicossociais das alterações climáticas, em Portugal

Carolina Rebelo Rodrigues

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Susana Batel, Investigadora Auxiliar,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado não teria sido possível sem a ajuda e o apoio de quem me acompanhou e aos quais estou eternamente grata:

Um agradecimento especial à Professora Doutora Susana Batel pela sua orientação, total apoio e disponibilidade ao transmitir o seu conhecimento e por me ajudar a solucionar todas as minhas dúvidas, através das suas importantes críticas e conselhos, neste tão grande desafio que é para mim a investigação.

Agradecer também a todos os excelentes docentes que se cruzaram comigo ao longo deste percurso, tanto do ISCTE, excelente instituição de ensino, como do Instituto Piaget, que me ajudou a dar os primeiros passos neste caminho da Psicologia.

Por último, realçar o apoio dos mais próximos como a família, namorado e amigos, que não me deixaram baixar os braços, mesmo em alturas de dificuldade.

Sem esquecer as companhias de 4 patas...

Mais uma etapa a terminar e também a devo a todos vocês.

Resumo

Atualmente, a crise climática é um dos principais problemas que as sociedades enfrentam e cada vez mais são reportados impactos no bem-estar e saúde humana, não só diretos, através de catástrofes naturais, mas também indiretos, ao nível da saúde mental, nomeadamente através da mediatização da crise climática e seus efeitos. A pesquisa da Psicologia Ambiental tem-se interessado, cada vez mais, em analisar o fenómeno crescente da eco-ansiedade, no entanto esta ainda é uma área recente de pesquisa. O presente trabalho exploratório pretendeu contribuir para esta área de pesquisa analisando se e como os jornais portugueses representam os impactos da crise climática na saúde mental e aspetos psicossociais associados, tais como a atribuição de responsabilidade sobre a crise climática, o tipo de comportamentos de *coping* (individuais ou coletivos) referidos, e a relação com a vinculação ao lugar a diferentes escalas. Para isso, procedeu-se á análise temática dos artigos de 5 jornais portugueses sobre impactos da crise climática na saúde mental (N=60). Os resultados sugerem que a eco-ansiedade é o impacto mais identificado, seguindo-se o stress, o medo e a preocupação. As responsabilizações pelas alterações climáticas são amplamente atribuídas ao governo, o que parece influenciar negativamente a autoeficácia individual percebida. A depressão e a eco-ansiedade parecem estar mais associadas à falta de ação. Os jovens, representados como as principais vítimas, valorizam sobretudo ações de *coping* coletivas. Não foi encontrada uma relação clara entre a vinculação ao lugar a diferentes escalas e os impactos psicossociais das alterações climáticas ou comportamentos associados.

Palavras-chave: Alterações climáticas, Eco-ansiedade, Jornais Portugueses, Análise temática

PsycINFO codes:

4070 Environmental Issues & Attitudes

2750 Mass Media Communications

Abstract

Currently, the climate crisis is one of the main problems that societies are facing and its impacts on human health and well-being are being increasingly reported, not only its direct impacts, such as natural catastrophes, but also indirect impacts, such as on mental health, namely through the mediatization of the climate crisis and its effects. Environmental Psychology has thus been increasingly interested in analyzing the growing phenomenon of eco-anxiety, but this is still a recent area of research. The present exploratory project aimed to contribute to this area of research, by examining if and how Portuguese newspapers represent the impacts of the climate crisis on mental health and associated psychosocial dimensions, such as the attribution of responsibility for the climate crisis, the type of coping behaviors (individual or collective) that are referred to, and the relations with place attachment at different scales. A thematic analysis of the articles of 5 Portuguese newspapers about the impacts of the climate crisis on mental health was performed (N=60). Results suggest that eco-anxiety is the most identified impact, followed by stress, fear and worry. The responsibility for the climate crisis is clearly attributed to the Government, which seems to negatively influence individual self-efficacy. Depression and eco-anxiety seem to be more associated with lack of action. The youth, represented as the main victims, seem to mainly value collective coping strategies. No clear relationship between place attachment at different scales and the psychosocial impacts of climate change or associated behaviors was found.

Keywords: Climate change, Eco anxiety, Portuguese newspapers, Thematic analysis

PsycINFO codes:

4070 Environmental Issues & Attitudes

2750 Mass Media Communications

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice.....	vii
Introdução.....	1
Capítulo 1	3
Revisão de Literatura.....	3
1. Impactos das alterações climáticas para a saúde humana.....	3
1.1. Impactos diretos das alterações climáticas.....	4
1.2. Impactos indiretos das alterações climáticas.....	5
1.2.1. Eco-Ansiedade.....	6
2. Comportamentos pró-ambientais	9
2.1. Fatores na base da adoção de comportamentos pro-ambientais.....	9
2.2. Responsabilidade pelos problemas ambientais e a adoção de comportamentos em prol do ambiente.....	10
2.3. O papel da perceção de risco.....	12
3. Vinculação ao Lugar	13
3.1. Enquadramento do papel da Vinculação ao lugar face à proteção do ambiente	14
3.2. Vinculação ao lugar à escala local, nacional ou global.....	15
4. O papel dos media na construção social de objetos e problemas sociais.....	16
4.1. Estratégias de Comunicação.....	17
Capítulo 2	19
Principais Objetivos e Questões de Pesquisa	19
Capítulo 3	21
Método.....	21
Resultados.....	22
1. Diferenças entre jornais	23
2. Resultados transversais aos jornais	26
Capítulo 4	39
Conclusões e Discussão.....	39
Referências Bibliográficas	45

Introdução

As alterações climáticas são um dos maiores desafios das sociedades atuais (Schneider, 2011). O clima está a mudar e as emissões de gases poluentes com efeitos de estufa, causadas pelo Antropoceno, isto é, resultantes da ação humana, continuam a subir todos os anos (Intergovernmental Panel on Climate Change [IPCC], 2021). De acordo com o IPCC (2021), entidade que é responsável por investigar cientificamente esta problemática, a temperatura média do ar no planeta Terra tem aumentado em cerca de 1° C, sendo provável que continue a aumentar e que atinja 1,5°C entre 2030 e 2052, caso continue a subir ao ritmo atual. Esta mudança trará impactos negativos muito diversos nomeadamente para a saúde humana, incluindo para a saúde psicológica (Doherty & Clayton, 2011).

No entanto, ainda existem poucas mudanças ao nível do comportamento humano e das sociedades para endereçar estas questões da crise climática (Cianconi et al., 2020; François & Willox, 2014). Nessa procura de respostas sobre como se alterar o comportamento humano para se fazer face às alterações climáticas, a literatura tem indicado que os media são um dos principais atores que influenciam a forma como as alterações climáticas, a sua importância e impactos, são representadas (Maran & Begotti, 2021). Tendo em conta a atualidade e crescente visibilidade das alterações climáticas, os media – televisões, jornais, redes sociais – têm divulgado e discutido cada vez mais notícias sobre as alterações climáticas e aspetos associados. Em Portugal, ainda este ano, no dia 22 de abril de 2022, dia da Terra, e à semelhança de outros jornais diários internacionais (e.g., *The Guardian*), o jornal Público criou uma secção específica para dar cobertura jornalística frequente e dedicada exclusivamente às questões climáticas e ambientais (Azul).

Os media, e especificamente os media tradicionais (televisões, imprensa escrita) são responsáveis por representar estas questões e as diferentes posições sociais em relação a elas e aspetos associados, e constituem-se como um importante reflexo do que se está a passar nas sociedades, afetando também a forma como as pessoas representam os problemas que estão a acontecer (Reser & Swim, 2011). A imprensa tem assim uma elevada importância na criação de sentido/significados (Castro et al., 2012). A par disso, o tipo de discurso utilizado pelos media pode ter impactos psicossociais específicos nos indivíduos e afetar a forma como eles se comportam, por exemplo, através do aumento das crenças de autoeficácia individual e/ou coletiva sobre a crise climática e estratégias de *coping* associadas (Maran & Begotti, 2021).

De facto, a exposição dos públicos às notícias que abordem as alterações climáticas têm vindo a ser apontadas recentemente como estando relacionadas com respostas emocionais como

a negação e o ceticismo ou com respostas predominantemente negativas tais como raiva, tristeza, desespero, medo e culpa. Recentemente, têm vindo a aumentar respostas como a preocupação e a eco-ansiedade (Clayton & Manning, 2018). No entanto, ainda existem poucos estudos que se foquem na análise da forma como os media representam especificamente os impactos das alterações climáticas para a saúde mental, e particularmente, na eco-ansiedade.

Assim sendo e através de uma análise temática dos discursos de jornais portugueses, pretende-se, com o presente trabalho, perceber de que forma são reportados, pelos media, os impactos psicossociais das alterações climáticas (nomeadamente o recente e crescente fenómeno da eco-ansiedade); a quem são atribuídas responsabilidades; e que estratégias de *coping*, mais individuais ou coletivas, são referidas pelos media. Para além disso, e por último, pretende-se perceber se e de que forma a vinculação ao lugar à escala global, nacional e/ou local surge nos discursos dos media como tendo um papel na relação entre as alterações climáticas e os seus impactos psicossociais.

Para isso, esta dissertação apresenta 4 capítulos. No capítulo 1 é feito um enquadramento dos temas explorados nesta tese com base nos referenciais teóricos associados e relevantes, onde estão articulados os conceitos em estudo. Segue-se o capítulo 2, do qual fazem parte a sumarização dos objetivos e descrição das perguntas de investigação. No capítulo 3 é apresentado o método onde descrevemos o procedimento adotado para a recolha e análise de dados, bem como os principais resultados das análises efetuadas. Por último, no capítulo 4 apresentamos as principais conclusões deste trabalho e discutimos limitações e contributos da tese, incluindo direções de pesquisa futura.

Capítulo 1

Revisão de Literatura

1. Impactos das alterações climáticas para a saúde humana

Segundo Fritze, et al. (2008) um clima estável é o principal fator para a saúde humana. A mudança do clima irá projetar-se na saúde e afetar os meios de subsistência, segurança alimentar, abastecimento de água, segurança humana e o crescimento económico. Para além do aumento excessivo e nunca visto das temperaturas, tem acontecido também um aumento do efeito de estufa que promove a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, tais como tempestades, secas e inundações, com uma maior frequência e intensidade (IPCC, 2021).

As alterações climáticas ameaçam a saúde física, mas também a mental (Cianconi et al., 2020; Clayton & Manning, 2018; Doherty & Clayton, 2011). Torna-se, por isso, importante perceber quais são os efeitos destes fenómenos não só na saúde física, mas também psicológica, uma vez que estas mudanças podem estar associadas ao sofrimento emocional (Fritze et al., 2008).

Ainda existem poucos estudos que abordem a problemática por esta perspetiva, uma vez que ainda é um tema recente e de alguma complexidade (Cianconi et al., 2020; François & Willox, 2014; Pidgeon, 2012; Pihkala, 2020). Ainda assim, os impactos psicossociais provocados pelas alterações climáticas são um tema que tem surgido cada vez mais na literatura, demonstrando haver um interesse crescente por esta temática (Pihkala, 2020; Stanley et al., 2021).

Albrecht (2005) refere que o bem-estar sentido pelas pessoas depende muito da relação entre o ambiente em que vivemos e a nossa vitalidade, sendo que, quando esta relação é ameaçada pode haver danos no bem-estar, o que nos leva a ficar angustiados e doentes fisicamente. Os impactos psicológicos das alterações climáticas são assim um tema complexo e que envolve relações com outras áreas científicas que vão desde as ciências tecnológicas, às ecológicas e sociais. Entender todo este contexto dotado de uma multiplicidade de significados necessita de mais alfabetização ecológica, de forma a facilitar a visão de como os sistemas naturais se influenciam e de como as pessoas e os seus comportamentos têm efeitos no meio ambiente (Doherty & Clayton, 2011). Este tema, ainda recente, carece de investigação e precisa de ser abordado com responsabilidade (Stanley et al., 2021; Pihkala, 2020). Os/as psicólogos/as devem conseguir acompanhar toda a multiplicidade que ao tema pertence e adquirir competências adaptadas para fornecer uma resposta eficaz face aos impactos das alterações

climáticas, através do investimento em estudos que forneçam informações sobre adaptações sociais e uma melhor gestão de recursos, tal como referido por Doherty e Clayton (2011), uma vez que afetam o bem-estar psicológico (Cianconi et al., 2020).

Ademais, as alterações climáticas não afetam todos de igual forma, implicando também questões de justiça social e ambiental (Batel & Küpers, 2022; Kessler et al., 2008). Há impactos que são considerados diretos, através do contacto direto com as alterações climáticas, e impactos indiretos favorecidos pelos relatos dos media (Ogunbode et al., 2021). No entanto, enfatizar todo este contexto e reconhecer todos os impactos implica admitir a existência de várias narrativas culturais e de vários significados associados às mudanças climáticas onde é reconhecida a sua relação e interação com sistemas humanos através das tecnologias de informação e representações mediáticas, onde as mensagens nem sempre são transmitidas através de uma base científica, em que por vezes tentam chegar a grupos específicos (Leiserowitz, 2007).

Para além dos efeitos na saúde, as alterações climáticas que ocorrem a nível mundial estão a degradar também as relações entre indivíduos e comunidades. Os/As psicólogos/as devem ser capazes de adaptar intervenções que favoreçam a autoeficácia e contribuam para uma melhor expressão emocional, de forma a serem atenuados os efeitos de adaptação nesta transição. Estas intervenções devem favorecer uma melhor compreensão dos contextos que englobam o aumento de conflitos e migrações forçadas, mudanças e degradação dos lugares, diminuição de recursos, ameaças, entre outros contextos. No entanto, traduzir uma resposta eficaz e pautada pelo sucesso implica a existência de mais investigação nesta área (Doherty & Clayton, 2011).

1.1. Impactos diretos das alterações climáticas

Segundo Cianconi, et al. (2020) os impactos psicossociais das alterações climáticas afetam a população de diferente forma, existindo um maior impacto nas populações que têm um contacto direto com as alterações climáticas e que são mais vulneráveis geograficamente, menos protegidas, com escaço acesso a recursos e a informação, recaindo sobre aqueles que têm menos capacidade financeira ou estatuto social. Os efeitos das mudanças climáticas recaem desproporcionalmente sobre aqueles que menos poder económico têm, tornando-se injusto socialmente (Kessler et al., 2008).

Quando existe um contexto de exposição direta às alterações climáticas, os eventos extremos como furacões, inundações ou incêndios provocam muitas vezes danos físicos e psicológicos a quem está exposto a estes (Ogunbode et al., 2021). Todos esses eventos que estiverem associados a perdas humanas e de apoio social, perdas de recursos, ou situações de

realojamentos poderão apresentar transtorno de stress pós-traumático (TSPT), ansiedade geral e depressão, que podem ocorrer simultaneamente. Estes fenómenos podem promover o surgimento de um luto, pensamentos suicidas ou até mesmo o início/aumento da utilização de substâncias (Felton et al., 2013). Todos estes fatores influenciam bastante e de forma negativa o bem-estar dos indivíduos, principalmente das populações mais vulneráveis (Kessler et al., 2008). Exemplo da informação exposta, e segundo Sullivan e colegas (2013), a exposição a eventos altamente destrutivos, como o furacão Katrina que ocorreu em 2005, esteve associado a stress agudo, TSPT, taxas mais elevadas de depressão e até mesmo de suicídio nas comunidades afetadas, também defendido por Padhy e colegas (2015) aquando da existência de inundações, furacões e incêndios florestais.

O contacto com fenómenos climáticos extremos e com stressores climáticos têm uma relação direta com a prevalência e a seriedade dos problemas associados à saúde psicológica e das comunidades que são afetadas, havendo implicações nos determinantes económicos, sociais e ambientais que estão na base da promoção de toda a saúde mental (Doherty & Clayton, 2011). Para além disso, pode favorecer uma diminuição das atividades diárias de vida, assim como do sentido de lugar (Cianconi et al., 2020).

1.2. Impactos indiretos das alterações climáticas

Tem vindo a ser cada vez mais discutido e demonstrando que também a exposição indireta às alterações climáticas, através de informações transmitidas pelos media ou através da visualização de imagens onde estão presentes degradações e desastres ambientais podem contribuir para respostas emocionais e afetivas negativas e deixar as pessoas stressadas, deprimidas, impotentes e inseguras (Cianconi et al., 2020). A culpa, o desespero e o medo fazem parte das emoções depressivas relatadas. Ameaças à saúde ambiental afetam o bem-estar subjetivo e causam preocupação (Doherty & Clayton, 2011).

O contacto com estas informações, contribui para que os indivíduos experienciem ansiedade associada à incerteza sobre a sobrevivência humana e de seres não humanos, desorientação e episódios de bloqueio/passividade (Cianconi et al., 2020). Porém, estas reações não acontecem com todos de igual forma e nem sempre acontecem. No entanto, e para quem acontece, existe sofrimento pessoal associado à incerteza. Tudo isto depende de determinantes como os valores, as crenças, as emoções e experiências (Doherty & Clayton, 2011).

As alterações climáticas podem causar pensamentos associados à destruição, mas também relacionados com a morte. De acordo com Pihkala (2018) esses pensamentos podem ativar gatilhos que levam as pessoas a fugirem ao tema e a procurarem atividades que os distraiam.

De facto, o desejo de voltar ao mundo passado com as condições ambientais que lhes eram características pode criar o que Albrecht (2011) denomina por eco-nostalgia referindo que esse fenómeno pode gerar episódios graves de melancolia e que ocorre devido ao tamanho e gravidade percebida relacionada com o problema (Doherty & Clayton, 2011).

Percebemos, desta forma que os principais impactos na saúde mental apontados como efeitos indiretos da exposição às alterações climáticas são a culpa, o desespero e o medo, como emoções depressivas e a preocupação que deriva da ameaça ao ambiente como é conhecido (Doherty & Clayton, 2011). O stress, a impotência e a insegurança pelo futuro do planeta são apontadas por Cianconi e colegas (2020). Pensamentos associados à morte ou destruição podem causar situações de bloqueio/passividade e episódios graves de melancolia decorrente de situações de nostalgia Albrecht (2011). A eco-ansiedade é um fenómeno identificado recentemente, tal como referido por Cianconi, et al. (2020), porém emergente nos discursos dos media, que nos propusemos analisar neste trabalho, e que discutiremos mais em detalhe na próxima secção.

1.2.1. Eco-Ansiedade

Os media têm-se referido ao conceito de eco-ansiedade ou de ansiedade climática cada vez mais na atualidade, discutindo, assim, a sua relação com a crise ecológica. Segundo Doherty e Clayton (2011) quando surgem, nos media, discursos que abordem a eco-ansiedade podem surgir ataques de pânico, perda de apetite, alterações de sono e humor. No entanto, ainda é um tema pouco explorado, mas de crescente interesse para várias áreas de investigação (Pihkala, 2020).

Alguns dos artigos que foram revistos remetem para as seguintes definições de eco-ansiedade, indicadas na Tabela 1:

Tabela 1

Definições da revisão de literatura sobre a eco-ansiedade

Autores	Definição
(Doherty e Clayton, 2011)	Impactos resultantes da incerteza, incerteza esta associada a emoções intensas provenientes das observações do meio ambiente em mudança.

(Gifford e Gifford, 2016)

Considera-se como uma forte preocupação da degradação do meio ambiente, que pode ser obsessiva e até mesmo incapacitante relacionada com os riscos que estão associados à saúde de cada pessoa, mas que podem não ser significativos.

(Clayton & Manning, 2018)

Medo crônico associado a uma destruição do meio ambiente. Pode resultar em respostas negativas como a raiva, preocupação, tristeza, desespero, culpa, medo e podem ser acompanhados de sintomas como a perda de apetite, irritabilidade, fraqueza, distúrbios de sono e ataques de pânico.

(Pihkala, 2018)

Estado mental proveniente do conhecimento sobre o ambiente, o que pode suscitar emoções difíceis. Segundo o autor, esta forma específica de ansiedade está relacionada com as defesas sociais e psicológicas de cada um. Torna-se trabalhoso processarem as emoções através do que veem e recorrem a defesas e a mecanismos de defesa e enfrentamento como a negação e a rejeição. Este tipo de comportamentos pode gerar ainda mais ansiedade e favorecer, desta forma, uma bola de neve.

(Cianconi et al., 2020)

O contacto com estas informações sobre a destruição do meio ambiente como é conhecido contribuem para que os indivíduos experimentem ansiedade associada à incerteza sobre a sobrevivência humana futura (assim como de seres não humanos). É caracterizada por desorientação e episódios de bloqueio/passividade

(Pihkala, 2020)

A eco-ansiedade pode ser definida como um desconforto psicológico que provém de um conhecimento da degradação do meio ambiente e que pode estar relacionada com o do contacto com essas alterações, tal como dos seus riscos associados. É considerada uma forma de ansiedade específica e está relacionada com o stress e a angústia pelo futuro pessoal e planetário que é visto como ameaçado. Relaciona-se com sintomas de incerteza, incontrolabilidade e imprevisibilidade.

Em suma, com base nestas definições e para efeitos desta tese, podemos definir a eco-ansiedade como um medo/preocupação pelo futuro pessoal e planetário, derivados da degradação do meio ambiente. Surge associada ao stress, angústia e incerteza.

Pihkala (2018) sugere que nem sempre é fácil distinguir a eco-ansiedade de outros tipos de ansiedades e que as emoções associadas a este caso específico de ansiedade são semelhantes às de uma ansiedade geral. Os sintomas frequentemente apontados pela literatura são a preocupação, o medo, a raiva, o stress, a angústia, a culpa, a frustração, a tristeza, a depressão e os ataques de pânico (Doherty & Clayton, 2011; Gifford & Gifford, 2016; Pihkala, 2020).

Por seu turno, a eco-ansiedade e sintomas relacionados podem estar associados a uma maior adoção de comportamentos pró-ambientais, como a participação em movimentos de ativismo climático ou, pelo contrário, criarem apatia e ausência de compromisso com os problemas ambientais (Stanley et al., 2021; Verplanken et al., 2020). Importa, pois, explorar melhor esta relação, o que será feito na próxima secção.

2. Comportamentos pró-ambientais

2.1. Fatores na base da adoção de comportamentos pro-ambientais

Um comportamento pró-ambiental pode ser definido como uma ação que pode atenuar ou diminuir um impacto negativo sobre o planeta e o seu meio ambiente (Stern, 2000). Abordar o que está por detrás de um comportamento, individual ou coletivo, em prol do ambiente torna-se fundamental para uma melhor compreensão dos processos que motivam as ações ambientais.

Um aspeto fundamental para compreender os comportamentos humanos são as emoções, mencionadas por Stanley e colegas (2021). Este autor refere que as emoções negativas são consideradas desagradáveis, mas o grau de ativação para a ação difere entre as mesmas. Desta forma, existe um desligamento quando se experimenta uma emoção que desativa um comportamento como a depressão. Ao contrário, a ansiedade é considerada ativadora e tenta evitar a ameaça através da fuga e a raiva é uma emoção que aproxima e que promove o confronto com o problema (Stanley et al., 2021). Dessa forma e neste contexto das eco-emoções, Stanley, et al. (2021) afirmam que a eco-depressão está associada à inibição dos comportamentos face às alterações climáticas. Por sua vez, a evitação ativa é motivada pela eco-ansiedade e a eco-raiva pode promover a ação face às mudanças climáticas existentes. Despoletar emoções negativas como o medo ou a raiva nos indivíduos contribui para que estes investiguem sobre o problema, uma vez que os deixa alertados. Existirá uma maior perceção de risco e a indiferença transforma-se em comportamentos que mitiguem as alterações (Myers et al., 2012).

Com o aumento da conscientização das alterações climáticas há quem se sinta, assim, estimulado a agir, através da participação em protestos, e quem se sinta ansioso e angustiado com a situação e se sinta incapacitado de agir, o que o autor denomina por eco-paralisia, interpretada erradamente por uma apatia. A eco-paralisia pode ser considerada como um fenómeno provocado pelo sofrimento emocional sentido, associado a emoções negativas fortes que podem ativar um mecanismo de negação correspondendo a uma resposta de defesa e não

conseguir atuar perante tal contexto (Albrecht, 2011). Pihkala (2018) refere também que emoções como a eco-ansiedade podem influenciar negativamente as pessoas de tal forma que podem contribuir para aumentar a desesperança sentida, diminuir a resiliência e aumentar a paralisia.

Percebemos, desta forma, que há emoções que podem desmotivar os comportamentos em prol do ambiente como a depressão ou a ansiedade (que podem culminar numa eco-paralisia), ao contrário da raiva e do medo que promove a ação, geralmente através de participação em manifestações e protestos (Albrecht, 2011; Myers et al., 2012; Stanley et al., 2021). Para além da informação exposta, torna-se importante perceber que outros fatores podem estar na base da adoção de um comportamento pro ambiental, sendo isto discutido no próximo ponto.

2.2. Responsabilidade pelos problemas ambientais e a adoção de comportamentos em prol do ambiente

Lorenzoni, et al. (2007) abordam as barreiras a nível social e a nível individual sentidas face à adoção de comportamentos pro-ambientais, referindo que essas barreiras podem modificar as atitudes e os comportamentos como a terceirização de responsabilidades e alguma apatia, a falta de conhecimento, incerteza e ceticismo e a falta de confiança nas fontes de informação.

Uma barreira associada à não adoção de um comportamento ambiental apontada por Lorenzoni, e colegas (2007) é a crença de que os governos locais, nacionais e internacionais pouco fazem para diminuir a emissão de gases com efeitos de estufa, existindo uma desconfiança global não só pela inatividade dos governos, mas também pela inatividade das empresas e restante comunidade. Estes autores referem que a autoeficácia individual percebida é influenciada por este tipo de crenças e que se os comportamentos face à preservação do meio ambiente fossem justos para todos haveria uma maior aceitação dos indivíduos, uma vez que culpam os governos locais de não aderirem a determinadas iniciativas locais que seriam ecologicamente mais corretas e importantes para a localidade.

O governo e as empresas têm uma responsabilidade importante na mitigação das mudanças climáticas, mas as pessoas, tendem, na globalidade a não confiar nas suas práticas nesse sentido (Bickerstaff et al., 2008). Há, por vezes, um fenómeno designado por armadilha da governança, já que há uma inação coletiva onde os governos atiram as responsabilidades para os governados e vice-versa, deixando a responsabilidade no “outro” (Pidgeon, 2012).

Decerto, o crescente aparecimento de informação nos media onde surjam mudanças associadas às alterações climáticas tornam os indivíduos menos capazes de abordarem eficazmente o problema, influenciando negativamente a autoeficácia percebida (Kellstedt et al.,

2008). Embora as notícias sobre as alterações climáticas e suas ameaças estejam relacionadas com emoções negativas e isso iniba a autoeficácia dos comportamentos pró-ambientais, tal como vimos (Albrecht, 201; Kellstedt et al., 2008; Stanley et al., 2021) indivíduos que sintam eco-ansiedade podem experimentar níveis de autoeficácia individual elevados, podendo agir de forma a converter esses impactos, apoiando positivamente a questão (Homburg & Stolberg, 2006). Maran e Begotti (2021) defendem que, independentemente de a eco-ansiedade estar associada a níveis de autoeficácia baixos, esse quadro pode ser alterado pela forma como são expostas as informações nos media, ou seja, notícias com conteúdo sobre as alterações climáticas que acrescentem estratégias sobre como mudar o comportamento de um indivíduo com vista à atenuação da problemática, contribuem para uma diminuição da ansiedade sentida e favorecem a perceção de autoeficácia individual. Pihkala (2020) defende que é necessário um conteúdo que encoraje os indivíduos a refletirem e a envolverem-se com a questão de forma a aumentar a sua atividade pro-ambiental e que assim sendo, é possível tornar a ansiedade numa emoção positiva face à atenuação do problema.

A autoeficácia coletiva é considerada uma crença na eficácia de um grupo a que se pertence e que se vê como partilhando de uma mesma vontade (Kessler et al., 2008). A perceção de autoeficácia coletiva é uma crença que promove a ação dentro de um grupo, em função de um objetivo final comum que, no contexto das alterações climáticas, tendem a ser ações com vista à atenuação da problemática ou a chamadas de atenção para os impactos nas gerações futuras, o que leva a um aumento do senso de responsabilidade coletiva (Dickinson et al., 2013). Em conformidade com a abordagem da identidade social, os indivíduos consideram o seu *self* em função de si mesmo, como ser único e diferente dos demais, e/ou em função de um grupo (Masson & Fritsche, 2021). Quando esta auto caracterização com um grupo se sucede, os indivíduos passam a acreditar que, embora seja difícil mudar algo relevante através da ação individual, passa haver a chance de reverter algo coletivamente (Barth et al., 2021). Lorenzoni, et al. (2007) acrescenta ainda que os problemas climáticos tendem a ser considerados pelos indivíduos como coletivos e que existe a crença de que uma atitude individual não sirva para mudar o contexto que é coletivo, desprezando desta forma o poder da autoeficácia individual.

Em suma, este ponto ajuda a perceber que a autoeficácia é afetada pela descredibilização da ação dos governos em relação ao ambiente (Lorenzoni et al., 2007). Há uma transferência de responsabilidades do governo para a comunidade e desta para o governo (Pidgeon, 2012). Este ponto sugere também que, embora a eco-ansiedade mine a autoeficácia individual, como referido no ponto anterior, é possível que essa situação se inverta, com a utilização de um discurso encorajador ao comportamento coletivo e de estratégias que ajudem a mudar os

comportamentos nesse sentido (Pihkala, 2020). Os indivíduos podem apresentar uma maior percepção de eficácia coletiva, se acreditarem que um grupo pode ter a capacidade de fazer o que não traz grande impacto individualmente (Lorenzoni et al., 2007).

2.3. O papel da percepção de risco

Como já referido, as mudanças climáticas são um tema complexo, resultado de inúmeras causas ambientais e sociais e que englobam diversas áreas. Por esse motivo, nem sempre é um tema de fácil explicação para a população através de um discurso acessível e com o qual se possam identificar (Weber & Stern, 2011). Mas a falta de conhecimento não demonstra ser o único fator que determina uma mudança no comportamento, o que faz com que seja relevante perceber o que necessita de conter este tipo de informação transmitida.

O risco percebido associado à crise climática não está só relacionado com a gravidade dos impactos causados pelos fenómenos climáticos, mas também pela percepção que cada indivíduo tem sobre esses riscos. Isto, porque os indivíduos definem dois tipos de efeitos associados às mudanças climáticas, os do nível pessoal e os do nível global (normalmente vistos como menos ameaçadores e mais distantes) (Scannell & Gifford, 2013). Nestes últimos, existe um distanciamento psicológico relacionado com a negação, associado a uma descrença nas ações individuais, ou seja, a mudança de comportamento individual não é considerada como tendo relevância para o problema geral, fenómeno denominado por distanciamento psicológico (Pidgeon, 2012). O mesmo autor defende ainda que a evidência do distanciamento psicológico sentido possa estar relacionado com a não associação desses riscos com a realidade quotidiana em que as pessoas vivem (Pidgeon, 2012).

A par disso, os indivíduos consideram existir um maior risco para as gerações futuras do que para as gerações do presente (Lorenzoni & Pidgeon, 2006). De acordo com Liberman e Trope (2003) e a teoria do nível de construção, quanto maior a distância percebida em relação a um determinado contexto, menos concretas e mais abstratas são as imagens mentais criadas para cada contexto. Como solução, e segundo Pidgeon (2012) se os impactos forem associados a observações diretas dos contextos em que vivem, os impactos serão considerados mais relevantes.

Para além da informação anteriormente exposta e de acordo com Marx e colegas (2007), há uma tendência seguida por vários indivíduos de priorizarem as preocupações. Desta forma, a guerra, o terrorismo, a saúde, as finanças, os relacionamentos ou até mesmo a crise financeira global são fatores considerados pelos mesmos como mais importantes que a mudança climática. Esta é uma conclusão importante, uma vez que fenómenos como guerras ou crises financeiras

globais podem sobrepor-se a estas questões ambientais consoante o contexto e o seu maior ou menor surgimento nos media. Nisbet e Myers (2007) consideram que o fator mais importante para o envolvimento nesta e noutras questões é fornecido pela importância que é dada a cada situação e não pela preocupação sentida em relação a essa problemática.

A relação entre os conceitos percepção de risco, afeto e experiência pessoal são fatores de importância para uma melhor compreensão sobre como é que os processos emocionais e cognitivos influenciam a percepção que cada indivíduo tem sobre as alterações climáticas, sendo, no entanto, pouco abordada (Myers et al., 2012). Reações afetivas negativas podem determinar percepções de risco e criar uma relação onde se reforçam mutuamente, onde o afeto pode ser considerado como um processo pós-cognitivo de uma percepção de risco ou um determinante dessa mesma percepção (van der Linden, 2014). Van der Linden e colegas (2014), no seu estudo, realçam a importância dos discursos sobre as alterações climáticas, referindo que devem estar voltados para uma intervenção eficaz e que esse aspeto deve ter em conta o afeto e a experiência pessoal dos sujeitos. Myers, et al. (2012) consideram que os discursos sobre as alterações climáticas devem conter informação sobre eventos climáticos extremos, dado que existe uma relação mútua entre afeto e percepção de risco, tal como defendido por van der Linden, (2014).

A literatura sobre percepção de risco mostra-nos então que os indivíduos tendem a considerar os impactos das mudanças climáticas em dois níveis e os do nível global são considerados menos ameaçadores e mais distantes, não existindo uma associação ao risco local (Pidgeon, 2012); os indivíduos consideram haver um maior risco para as gerações futuras (Lorenzoni e Pidgeon, 2006); e priorizam as preocupações, sendo que as mudanças climáticas não são das mais importantes (Marx et al., 2007). Mas será que estas tendências poderão ser contrariadas pelas relações emocionais que os indivíduos estabelecem com os lugares em que vivem e que estão a ser ameaçados e alterados pelas alterações climáticas? É isto que iremos discutir na próxima secção.

3. Vinculação ao Lugar

Há uma preocupação crescente, por parte da maioria da população com a crise ambiental do planeta, mas as escolhas e os comportamentos ainda não são os que mais beneficiam o meio ambiente ou que minimizam os danos, existindo, dessa forma, uma preocupação acrescida em entender estes desencontros entre comportamento, atitudes ambientais e consciência. Inserir a vinculação ao lugar na pesquisa pode auxiliar a identificação de comportamentos em função do significado ou do sentimento que as pessoas atribuem aos lugares afetados pelas alterações climáticas (Halpenny, 2010).

Embora a investigação tenha demonstrado que a vinculação ao lugar ao nível global, nacional ou local influencia positivamente a adoção de comportamentos de mitigação das alterações climáticas, tal como sugerido por Scannell e Gifford (2013), pretendemos perceber se os media referem a vinculação ao lugar como um elemento importante na relação entre alterações climáticas e impactos psicossociais.

3.1. Enquadramento do papel da Vinculação ao lugar face à proteção do ambiente

A vinculação ao lugar tem sido um dos conceitos mais abordados na psicologia ambiental, tendo ganho, nos últimos anos, atenção científica (Lewicka, 2010). Pode ser definida como um vínculo estabelecido entre uma pessoa e um ambiente significativo para ela (Scannell & Gifford, 2010). É recentemente apontada como tendo uma influência positiva no envolvimento com as mudanças climáticas/ambiente (Nicolosi & Corbett 2017).

O interesse em estudar as relações pessoa lugar tem vindo a aumentar, contudo ainda é uma área com conclusões divergentes (Nicolosi & Corbett, 2017). Devine-Wright (2013) defende que a vinculação ao lugar é um conceito multidimensional que pode ser definido tendo por base três conceitos tais como o apego ao lugar, identidade ao lugar e dependência com o lugar. O primeiro, ou seja, o apego ao lugar refere-se aos laços emocionais criados entre o ambiente socio-físico e cada indivíduo. A Identidade de lugar é um sentimento de pertença desenvolvido pela identificação a um determinado lugar. Segundo Bonaiuto, et al. 2016 a identidade a um lugar pode ser definida como mais abstrata ou mais local como a “identidade com o bairro” ou com a “identidade com a cidade”. Por último, a dependência a um lugar está relacionada com a satisfação das necessidades num determinado local ou o cumprir o desejo de realizar determinadas experiências relacionadas com o lazer (Devine-Wright, 2013).

Bonaiuto e colegas (2016) referem que a quantidade e a qualidade das atividades que são desenvolvidas pelos indivíduos nos locais onde residem, no dia a dia, desenvolvem autoestima e identidade. Dessa forma, o ambiente físico desenvolve uma identidade com o lugar, o que contribui para a identidade da pessoa. Bonaiuto, et al. (2016) referem ainda que essas atividades prazerosas estão relacionadas com uma maior vinculação com o lugar, uma vez que contribuem para um maior apego e uma maior identidade com esse mesmo lugar, diferente para cada pessoa.

No estudo de Nicolosi e Corbett (2017) foi concluído que as relações com o lugar estavam positivamente relacionadas com o envolvimento com as mudanças climáticas e com o meio ambiente. Esse envolvimento refletia-se na preocupação com as mudanças climáticas e na adoção de comportamentos pro-ambientais, mostrando-se um maior envolvimento em zonas

onde estavam a ocorrer impactos climáticos diretos, refletindo-se através de uma associação um pouco mais forte nesse tipo de contexto.

De acordo com Halpenny (2010) a vinculação ao lugar tem um papel positivo na intenção pró-ambiental, uma vez que os vínculos que existem com o lugar, sejam eles afetivos, cognitivos ou funcionais, são preditores importantes para a preservação de um lugar específico.

3.2. Vinculação ao lugar à escala local, nacional ou global

Embora a vinculação ao lugar seja estudada pela combinação entre apego ao lugar, identidade e dependência do lugar, o apego ao lugar recebeu uma maior atenção na literatura, nomeadamente ao nível espacial, aplicado a diferentes escalas: locais, nacionais e globais (Nicolosi & Corbett, 2017).

Como já referido, Scannell e Gifford, (2013) abordam a distância psicológica percebida em relação às mudanças climáticas, e indicam-nos que as pessoas tendem a considerar os problemas climáticos distantes das localidades que lhes são significativas. Por esse motivo, Scannell e Gifford (2013) referem que a transmissão de mensagens ao nível local (vs. global) é um indicador mais forte do envolvimento com as mudanças climáticas. Isto acontece, porque ao ser transmitida uma mensagem com teor local, essa mensagem torna-se mais importante, especialmente quando há uma forte ligação com o lugar local. Mas, Devine-Wright e Batel (2017) referem que a proximidade nem sempre está relacionada com pertença e há que ter em conta os lugares em que os indivíduos viveram no passado e as comunidades imaginadas, o que faz com que seja necessário ter em conta as identidades além do local, nacionais e globais, até porque os indivíduos tendem a formar relações de pertença não só nos locais onde vivem atualmente.

Devine-Wright e Batel (2017) defendem que os indivíduos com maior ligação à escala global em relação à escala nacional (associada a níveis mais baixos de preocupação com as mudanças climáticas), veem as mudanças climáticas como pessoalmente relevantes, têm mais vontade de atuar face à mitigação das alterações climáticas, possuem índices mais altos de preocupação e uma maior noção do problema como sendo antropogénico. Por esse motivo, defendem que uma maior identificação à escala global resulta numa maior adesão às questões sobre as alterações climáticas.

Assim, e também de acordo com Batel e Devine-Wright (2015), o apego ao planeta globalmente deve aumentar, em prol do apego nacional e local anteriormente referido. Esse aumento é relevante para que os indivíduos se relacionem de uma forma mais eficaz com as questões ambientais globais, uma vez que, e segundo Batel e Devine-Wright (2015) cada

indivíduo não pertence só a um local, mas sim ao mundo, e que definir a questão por este contexto pode levar a atuarem em prol deles mesmo, como habitantes do mundo.

Em suma, as atividades realizadas pelos indivíduos em determinado lugar desenvolvem autoestima e identidade e contribuem para a vinculação ao lugar (Bonaiuto et al., 2016). Onde existe uma maior relação com o lugar, há um maior envolvimento e preocupação com as mudanças climáticas (Nicolosi & Corbett, 2017). Indivíduos ligados com os lugares de residência tendem a envolver-se mais com as mudanças climáticas quando estão associadas a esses mesmos lugares. Indivíduos mais fortemente ligados à escala nacional apresentam níveis mais baixos de preocupação com as alterações climáticas e indivíduos ligados ao planeta globalmente consideram as mudanças climáticas mais relevantes (Devine-Wright & Batel, 2017).

4. O papel dos media na construção social de objetos e problemas sociais

Os media são uma importante fonte de informação para toda a população sobre diversos temas, incluindo o das alterações climáticas (Corbett & Durfee, 2004). Segundo Corbett e Durfee, (2004), o conhecimento sobre questões associadas à ciência provém maioritariamente dos media ao invés de publicações de carácter científico ou de relações diretas com a ciência, o que realça a sua importância. Os media atuam como poderosos atores para a formulação, reprodução e transformação do problema que são as alterações climáticas, fazendo do tema um campo de batalha onde são debatidas visões, propostas e perspectivas sobre as mesmas através da reconstrução discursiva e argumentação e onde se cruzam questões do foro político, ambiental e económico (Carvalho et al., 2011).

A imprensa, tem por isso uma elevada importância na cocriação de sentido, através da apresentação de inovações tecnológicas, sociais e legais (Castro et al., 2012). Desta forma, os media contribuem para criar significados compartilhados, ou seja, representações sociais (Moscovici, 1988). Segundo Moscovici (1988) há uma relação entre as comunicações que são feitas pela imprensa e as representações sociais, onde os meios de comunicação não atuam apenas como distribuidores de estímulos, mas ajudam a cocriar significados. Vu, et al. (2019) referem que a cobertura dos media depende das ideias políticas associadas e que esta cobertura pode ser controversa e que a problemática pode não ser debatida de uma forma adequada, onde as alterações climáticas sejam devidamente destacadas e com isto haver desconfiança nas informações transmitidas por parte dos ouvintes/leitores. A maneira como as notícias enquadram as problemáticas podem favorecer as mudanças no comportamento de uma forma positiva, ou negativa, resistindo a elas, tal como referido por Carvalho (2008), tornando-

se, por isso, fundamental valorizar o papel dos media quando se abordam questões relacionadas com os comportamentos da sociedade (Moscovici, 1988). Olausson (2011), à semelhança dos autores apresentados, defende que os media têm um papel fundamental na difusão de conhecimento científico e que são responsáveis pela distribuição das narrativas que são apresentadas ao público.

4.1. Estratégias de Comunicação

Como anteriormente referido, o aquecimento global continua a ter pouco ênfase perante outras prioridades diárias (Marx et al., 2007). Para além disso, as pessoas tendem a considerar o perigo das suas consequências distante no espaço e no tempo, tal como é sugerido por Scannell e Gifford (2013), dificultando a sua mitigação. Torna-se, por isso, fundamental abordar estratégias de comunicação que reduzam essa distância percebida.

Scannell e Gifford, (2013) referem que uma mensagem para ser eficazmente transmitida necessita de capturar atenção, conter um elemento de novidade, apelar ao raciocínio e à emoção e que possua relevância para a pessoa que lê/ouve. Lorenzoni, et al. (2007) e Leiserowitz (2007) referem nos seus artigos algumas estratégias para tornar a comunicação eficaz. Leiserowitz (2007) refere 5 estratégias fundamentais para melhor educar e aperfeiçoar a comunicação. Como primeira estratégia diz-nos que é importante que sejam referidos localmente os impactos das alterações climáticas, de forma a minimizar a distância psicológica percebida. Ameaças locais têm uma maior relevância e urgência que ameaças globais. De acordo com Leiserowitz (2007) é importante explicar especificamente os impactos regionais e locais, com certeza, porque embora ainda seja um tema incerto, já ocorrem impactos locais específicos e há entidades que desenvolvem já relatórios desses impactos e já trabalham com esse objetivo. Minimizada a distância espacialmente percebida, uma segunda estratégia passa por minimizar a distância temporal considerada. Segundo Leiserowitz (2007) uma ameaça é mais eficazmente aceite se for considerada a acontecer no presente, sendo que os media devem abordar o que já acontece globalmente, consequência das mudanças climáticas, sem suposições, abordando, por exemplo, a falta de precipitação, a subida do mar, dissolução do gelo glacial e o aumento das temperaturas médias, em cada lugar específico. Para isso, devem ser apresentados detalhes e histórias sobre impactos concretos ocorridos com pessoas reais e em culturas específicas, ecossistemas e economias, de forma a dar realidade aos problemas que vão sendo já conhecidos. Uma terceira estratégia é o destaque da saúde, mostrando sempre os impactos na saúde dos eventos climáticos extremos, dado que nem sempre são considerados como um resultado dos fenómenos extremos provocados pelas alterações climáticas, até porque a população nem

sempre considera as ondas de calor, os furacões e as inundações ou secas um evento extremo. Assumindo existirem fenómenos extremos e assumindo também que esses fenómenos causam impactos na saúde humana, o autor refere que haverá uma tendência a subirem os níveis de preocupação face à problemática e à sua mitigação. Uma outra estratégia abordada, a quarta, mostra que devem ser discutidas as incertezas associadas à temática, nomeadamente sobre a saúde que ainda é um tema um pouco ténue. A incerteza existe e as questões devem ser abordadas dessa maneira, sem acrescentar mais certeza a um tema que ainda não a tem. Trazer mais certeza do que a que existe torna o público reticente e menos confiante. Para expor melhor a incerteza associada e aumentar a confiança do público que lê, os comunicadores devem explicar o motivo da incerteza associada à ciência. Por último, a quinta estratégia mencionada por Leiserowitz (2007) consiste em adaptar a informação transmitida aos públicos que a recebem, porque cada grupo responde de diferente forma.

Em síntese e como já referido, os media, e especificamente os media tradicionais (televisões, imprensa escrita) são responsáveis por representar as alterações climáticas e as diferentes posições sociais em relação a elas e aspetos associados, e afetam, por isso, a forma como as pessoas abordam os problemas (Reser & Swim, 2011). Neste último tópico, percebemos que melhorar os discursos presentes nos Media, facilita a correta transmissão de informação, minimiza a distância temporal e espacial considerada pelos indivíduos, amplamente apontadas na revisão de literatura como fatores que influenciam a preocupação e comportamentos pró-ambientais. As histórias devem conter impactos concretos a acontecer localmente, baseados em factos e pessoas reais, onde surjam os impactos na saúde dos eventos climáticos extremos de uma forma objetiva, contribuindo para um maior estado de alerta e vontade de mitigação, tanto local como globalmente (Leiserowitz, 2007). A incerteza relacionada com a temática deve ser exposta nas notícias tal como existe, uma vez que a ciência não consegue responder a tudo com exatidão, para além de que as notícias devem estar adaptadas aos grupos que as leem (Leiserowitz, 2007). Melhorar tudo isto, e tornar as notícias mais objetivas, reais e claras e contribui para diminuir os gatilhos que possam estar associados à eco-ansiedade e impactos associados, relacionados com a incerteza em torno da temática, uma vez que o contacto com estas informações sobre a destruição ambiental, contribuem para que os indivíduos experimentem ansiedade associada à incerteza, tal como é referido por Cianconi, et al. (2020), incerteza esta associada a emoções intensas provenientes das perceções do meio ambiente em mudança (Doherty & Clayton, 2011).

Capítulo 2

Principais Objetivos e Questões de Pesquisa

Antes de passar para o Capítulo 3, referente à Metodologia e Resultados, consideramos relevante abordar brevemente a revisão de literatura e referenciais teóricos apresentados, seguindo-se a essa contextualização, as perguntas de investigação.

A temperatura média do ar no planeta Terra tem aumentado e esta mudança traz impactos negativos para a saúde humana, onde se insere a saúde psicológica, tal como definido por Doherty e Clayton (2011) especial ponto em que se insere o nosso trabalho. Os media, e especificamente as televisões e imprensa escrita, ou seja, media tradicionais são responsáveis por representar as alterações climáticas e constituem-se como um importante retrato do que se está a passar nas sociedades, uma vez que divulgam informação e afetam a forma como as pessoas representam os problemas (Reser & Swim, 2011). Para além disso, o tipo de discurso utilizado pode ter impactos psicossociais específicos nos indivíduos e afetar a forma como eles se comportam, correspondendo a um do aumento das crenças de autoeficácia individual e/ou coletiva sobre a crise climática (Maran & Begotti, 2021).

A revisão de literatura mostrou-nos que os principais impactos psicossociais apontados face às mudanças climáticas são a culpa, o desespero e o medo, como emoções depressivas e a preocupação que deriva da ameaça ao ambiente como é conhecido, apontadas por Doherty & Clayton (2011), estando também associado o stress, a impotência e a insegurança pelo futuro do planeta, referidos por Cianconi, et al. (2020). Pensamentos associados à morte ou destruição podem causar situações de bloqueio/passividade e episódios graves de melancolia, decorrentes de situações de nostalgia (Albrecht, 2011). A eco-ansiedade tem surgido cada vez mais nos discursos dos media e, para efeitos desta tese e com base nas definições propostas pela literatura, definimo-la como um medo/preocupação pelo futuro pessoal e planetário, derivados da degradação do meio ambiente. Surge associada ao stress, angústia e incerteza (Cianconi et al., 2020; Pihkala, 2020). A autoeficácia é afetada pela descredibilização da ação dos governos em relação ao ambiente, tal como referido por Lorenzoni et al., (2007), mas também é apontada como tendo uma influência negativa sobre a autoeficácia individual, porém, é possível que haja um aumento da autoeficácia percebida, através da utilização, pelos media, de um discurso encorajador, assim como pela descrição de estratégias que ajudem a mudar os comportamentos, nessa perspetiva (Pihkala, 2020). Os indivíduos tendem a perceber maior eficácia ao nível

coletivo, porque acreditam que um grupo pode ter a capacidade de fazer aquilo que não traz grande impacto se feito individualmente (Lorenzoni et al., 2007).

Os indivíduos consideram os impactos das mudanças climáticas em dois níveis (local, global) e os do nível global são considerados menos ameaçadores (Pidgeon, 2012). No entanto, os referenciais teóricos mostraram-nos que onde existe uma maior relação com o lugar, há um maior envolvimento e preocupação com as mudanças climáticas (Nicolosi & Corbett, 2017). Indivíduos ligados com os lugares de residência ou de relevância emocional, tendem a envolver-se mais com as mudanças climáticas quando estão associadas a esses mesmos lugares. Indivíduos mais fortemente ligados à escala nacional apresentam níveis mais baixos de preocupação com as alterações climáticas e indivíduos ligados ao planeta globalmente consideram as mudanças climáticas mais relevantes (Devine-Wright & Batel, 2017).

Posto isto, a presente dissertação apresenta-se como um estudo exploratório que pretende contribuir para esta ainda incipiente área de pesquisa, e tem como objetivo principal perceber “Como são representados pelos media, nomeadamente imprensa escrita, portuguesa os impactos psicossociais das alterações climáticas?”. Para responder ao objetivo principal, definimos como sub-objetivos perceber: 1) Quais é que são especificamente esses impactos representados (nomeadamente o recente e crescente fenómeno da eco-ansiedade?); 2) A quem são atribuídas responsabilidades e que estratégias de *coping*, mais individuais ou coletivas, são referidas pelos media?; 3) A vinculação ao lugar à escala global, nacional e/ou local, surge nos discursos do media como tendo um papel na relação entre as alterações climáticas e os seus impactos psicossociais?

Para dar resposta às perguntas de investigação realizámos uma análise temática, com o apoio da plataforma *Nvivo*, de 60 notícias de 5 jornais nacionais, nomeadamente, o Jornal Público, o Jornal Observador, o Jornal Expresso, o Jornal Correio da Manhã e o Jornal Diário de Notícias. De seguida apresentaremos o procedimento e os principais resultados, para depois identificarmos as principais conclusões deste trabalho e as discutirmos no contexto dos seus contributos teóricos e aplicados.

Capítulo 3

Método

Para a análise dos discursos dos media tradicionais (isto é, jornais) portugueses, foram selecionados 5 jornais nacionais amplamente lidos. Optou-se por selecionar o jornal “Público” e o jornal “Observador”, uma vez que são jornais de referência, em que o “Público” é voltado para uma opinião política mais esquerdista e o Observador, um jornal voltado para uma opinião política mais conservadora, sendo que estes critérios (esquerda, direita; de referência ou tabloide) têm sido apontados na literatura de análise dos media como relevantes sobretudo quando estamos a analisar questões em torno das alterações climáticas (Boykoff e Yulsman, 2013). O “Correio da Manhã” é um jornal tabloide, com um cariz mais populista associado à direita, relevante também para este estudo. O “Expresso” é um jornal com periodicidade semanal, igualmente de referência, que costuma fazer uma cobertura aprofundada sobre questões sociais relevantes. Sendo a eco-ansiedade um fenómeno recente, mas relevante, era esperado que este jornal também a abordasse. E por fim, o jornal “Diário de notícias” um jornal diário voltado para uma opinião política mais esquerdista.

Da pesquisa que foi realizada resultaram cerca de 68 notícias nacionais. Um primeiro passo consistiu numa análise com base nos termos de pesquisa a) Eco-ansiedade b) Impactos Psicológicos das alterações climáticas c) Crise climática e ansiedade climática e d) Saúde Mental, sem qualquer limite temporal, isto para os 5 jornais anteriormente referidos (Público, Observador, Expresso, Correio da Manhã e Diário de Notícias). Essa pesquisa decorreu durante os meses de fevereiro e março de 2022, tendo resultado dessa primeira pesquisa as referidas 68 notícias, com publicações em diversas datas. Depois de uma breve leitura e análise foram validadas 60 notícias, tendo as restantes sido eliminadas por estarem repetidas ou fugirem às categorias principais mencionadas, nosso tema de estudo. O artigo mais antigo a ser encontrado foi publicado no dia 3 de junho de 2017 e o mais recente no dia 4 de março de 2022.

Optou-se por analisar os dados através de uma análise temática, tal como sugerido por Braun e Clarke (2006), com o apoio da plataforma *Nvivo*. Como o tema desta investigação faz parte de uma área que está ainda incipiente fizemos uma análise híbrida, isto é, dedutiva e indutiva, também referida por Braun e Clarke (2006), no sentido de ser simultaneamente *top down* e ir seguindo o que é a literatura na área e o que estávamos à espera, tendo em conta as nossas perguntas de investigação, mas, ao mesmo tempo, foi realizada uma análise *bottom up* para a qual estivemos abertas a surgirem aspetos que não tivessem sido inicialmente estipulados

para as representações sobre esta questão dos impactos psicossociais das alterações climáticas, veiculadas pelos media.

Resultados

Das 60 notícias analisadas, 2 pertencem ao jornal “Expresso” (3, 33%) 4 ao jornal “Diário de Notícias” (6,67%), 2 ao jornal “Correio da Manhã” (3,33%), 27 ao jornal “Público” (45%) e 25 ao jornal “Observador” (41,67%), tal como representado na tabela 2, que surge a seguir. Assim, o jornal Público foi o que apresentou um maior número de notícias que abordam os impactos psicossociais das alterações climáticas, seguidamente do jornal Observador, indo ao encontro do que era esperado, haver uma maior cobertura de jornais de referência pelo jornal “Público” e jornal “Observador”.

Tabela 2

Frequência das notícias por jornais e respetivas datas

Expresso (2-3,33%)	DN (4-6,67%)	CM (2-3,33%)	Público (27-45%)	Observador (25-41,67%)
19-05-2021	27-09-2019	14-09-2021	24-01-2019	03-06-2017
14-09-2021	02-10-2019	22-10-2021	06-02-2019	04-03-2019
	05-11-2021		15-03-2019	24-05-2019
	14-02-2022		22-05-2019	24-05-2019
			16-09-2019	26-07-2019
			30-09-2019	26-07-2019
			29-10-2019	31-08-2019
			13-11-2019	21-11-2019
			10-12-2019	19-03-2021
			20-07-2020	29-05-2021
			24-09-2020	23-06-2021
			19-03-2021	24-09-2021
			14-09 2021	02-10-2021
			14-09-2021	06-10-2021
			20-09-2021	06-10-2021
			24-09-2021	21-10-2021

21-10-2021	22-10-2021
25-10-2021	22-10-2021
04-11-2021	24-10-2021
04-11-2021	11-11-2021
05-11-2021	15-11-2021
11-11-2021	23-11-2021
14-12-2021	08-12-2021
16-02-2022	22-01-2022
17-02-2022	08-02-2022
04-03-2022	
04-03-2022	

1. Diferenças entre jornais

A maioria dos jornais apresenta a eco-ansiedade como um problema resultante da existência das alterações climáticas, mas verificámos diferenças entre jornais de referência, jornal Público e jornal Observador. O jornal Público apresenta-nos um conjunto de notícias sobre os impactos psicossociais das alterações climáticas e encara, de uma forma geral, o problema com mais seriedade e urgência. Os impactos psicossociais das alterações climáticas (eco-ansiedade, medo, preocupação, stress) são referidos de uma forma explícita em 16 das 27 notícias totais encontradas, ou seja, na sua maioria. A adoção de comportamentos coletivos surge com um grande relevo também nas notícias deste jornal, como ilustrado abaixo:

Extrato n.1. Adesão dos jovens a movimentos coletivos

- a) *“Observar como a luta pela justiça climática se alastrava e unia dezenas de grupos de estudantes que se mexiam todos pela mesma causa foi incrível. De cenários, distritos, opiniões, áreas e até ideologias diferentes, apercebemo-nos de que estamos todos no mesmo barco e é imperativo tomar ação.”* [Jornal Público, 15-03-2019]
- b) *“As mobilizações pelo clima, a nível nacional, estão marcadas para Algarve (manifestação que vai sair da Escola Secundária Pinheiro e Rosa até ao Jardim Manuel Bívar, às 10h30), Alcácer do Sal (pintura*

e colocação de uma faixa no Largo Luís Camões), Braga (pintura de um mural à frente da Brasileira, às 17h), Caldas da Rainha (Praça dos Touros, às 15h), Guimarães (conversas online às 15h e às 21h30), Lisboa (manifestação com início na Escola Secundária António Arroio, às 10h), Leiria (Estádio Dr. Magalhães Pessoa, às 14h), Porto (Avenida dos Aliados, às 15h) e Santarém (Jardim da República, às 10h).” [Jornal Público, 21-10-2021]

O jornal Observador, de direita, nem sempre encara o tema com urgência e seriedade. Embora existam 14 notícias num total de 25 onde sejam abordados explicitamente os impactos psicossociais das alterações climáticas, em 8 notícias, o tema é retratado como um fenómeno exacerbado pela comunidade em geral, mais especificamente pelos jovens, onde é utilizada a ironia para abordar a temática, através do recurso a um discurso de negação da existência das alterações climáticas e da sua gravidade, tal como ilustrado nos extratos abaixo:

Extrato n.2. Excertos de notícias do Observador (de direita, negacionistas)

- a) *“Do que francamente não gosto, no entanto, é do fanatismo apocalíptico que rodeia a Grande Causa, que conta já com os seus santos (Santa Greta e São Guterres, entre outros) e um grande número de terroristas do Bem. E não gosto dos efeitos que a Grande Causa provoca na cabeça de muita gente a quem ela bateu forte na cabeça, como em tempos Das Kapital tinha batido, com os efeitos nocivos que todos conhecem”* [Jornal observador, 21-10-2021]
- b) *“O rol de desgraças apresentado pela juventude que luta contra as alterações climáticas é medonho. E de desastre em desastre, avisam-nos, estamos a caminhar rapidamente para a extinção. A narrativa parece ter surtido efeito. Realizam-se extravagantes conferências do clima. Chefes de nações e de organizações internacionais são fotografados ou surgem, circunspectos e emocionados, a discursar com água pelas canelas. E o impacto da mensagem já assume foros de doença e levou os especialistas a cunhar o termo eco ansiedade. A maleita ainda não está incluída no DSM – mas é uma questão de tempo”. [Jornal Observador, 08-12-2021]*

O mesmo não se verifica com o Jornal Público, que tende a considerar o problema mais sério, real e emergente:

Extrato n.3. Excertos de notícias do Público (de esquerda, mais conscientes)

- a) *"A ansiedade climática "não é uma patologia nem uma condição clínica, mas uma resposta racional a um momento que estamos a viver". E nos últimos tempos, os casos de eco ansiedade que encontra em consulta "têm aumentado imenso" [Jornal Público, 24-09-2021]*
- b) *Não é, contudo, "um diagnóstico clínico ou psiquiátrico" — o que não significa que "o sofrimento que lhe está associado" deva ser menosprezado. (...) "Estigmatizamos essas pessoas e isso vai na direção contrária do envolvimento social, que é o que queremos das pessoas" [Jornal Público, 19-03-2021]*

Também a responsabilização dada aos governos surge de diferentes formas nos dois jornais de referência "Público" e "Observador". No primeiro, é encarada como uma prioridade que deve ser vista pelos governos dessa forma e a crítica surge nesse mesmo sentido da emergência no presente. No jornal Observador há uma tendência a ser criticada a forma de governação, onde também estão inseridas as decisões sobre as alterações climáticas, tal como demonstrado nas duas alíneas do excerto n.4.

Extrato n.4. Responsabilização dada aos governos

- a) *"Não, não somos apocalípticos ou alarmistas. São factos científicos, e se, nos últimos anos, a política se tem afastado deles, é hora de voltarem a ser aliados. É agora ou agora: não temos mais tempo para 'talvez um dia', 'não há dinheiro', 'isso demora, as coisas não são assim'. [Jornal Público, 15-03-2019]*
- b) *"Se a preocupação de quem nos governa fosse real, haveria um esforço de todos para estudar e implementar as soluções tecnológicas ao nosso dispor, sem ideologias e tribalismos políticos à mistura" [Jornal Observador, 26-07-2019]*

Os extratos do Observador revelam que, mesmo quando este jornal reconhece as alterações climáticas antropogénicas e que é importante mitigá-las, tende a defender uma perspetiva de modernização ecológica em que tudo pode ser resolvido através de tecnologia (Spaargaren & van Vliet, 2000).

2. Resultados transversais aos jornais

De uma forma geral, nos 5 jornais selecionados, os jovens são apontados como a principal faixa etária a sofrer dos impactos psicossociais das alterações climáticas. Também acontece no que toca à adoção de comportamentos em prol do ambiente onde são os jovens a estar na linha da frente e a organizar protestos e manifestações.

Para além de abordarem os impactos psicossociais das alterações climáticas os discursos presentes nas notícias dos 5 jornais selecionados abordam amplamente a forte adesão de comportamentos pro ambientais, principalmente coletivos, espalhados por Portugal fora, delegam responsabilidades aos governos pelas alterações climáticas, e defendem a existência de injustiça intergeracional, sendo este outro grande tema a surgir nos discursos.

Tal como indicado na tabela 2, no ano 2020, supõe-se que motivado pela pandemia e em relação ao ano transato, houve uma diminuição drástica – ou diferente priorização - no número de notícias que saíram sobre os impactos psicossociais das alterações climáticas, em relação aos 5 jornais escolhidos, alterando-se em 2021 este cenário, uma vez que recomeçaram a surgir notícias, principalmente entre os meses de setembro e outubro. As duas únicas notícias que surgem em 2020 foram publicadas pelo jornal Público. A partir dessa data percebe-se que o problema em estudo vai aparecendo com alguma frequência até março de 2022, período em que deixamos de procurar novas notícias.

Seguindo a ideia anteriormente referida, e como estamos a trabalhar com um tema recente, seguimos uma abordagem híbrida, utilizando tópicos definidos com base numa leitura *top down*, a partir da literatura, e depois *bottom up*, a partir dos dados. Seguindo esta abordagem, foram criadas 5 categorias principais de análise numa primeira análise (categoria 1, 2, 3, 4 e 5). Como aspetos que não tínhamos inicialmente estipulado, surge uma sexta categoria a partir dos dados, tal como indicado na próxima tabela:

Tabela 3

Categorias e Subcategorias utilizadas na plataforma Nvivo

Categoria	Subcategorias
1) Alterações Climáticas	1.1) Fenómenos Extremos 1.2) Subida da temperatura global 1.3) Aumento dos gases com efeito de estufa
2) Impactos Psicossociais	2.1) Angústia 2.2) Depressão 2.3) Ansiedade 2.4) Medo 2.5) Preocupação 2.6) Raiva 2.7) Stress
3) Comportamentos Pro-ambientais	3.1) Comportamentos individuais 3.2) Comportamentos coletivos
4) Responsabilização pelas alterações climáticas	4.1) Responsabilização dos governos 4.2) Responsabilização Comunitária 4.3) Responsabilização Individual 4.4) Responsabilização Coletiva
5) Vinculação ao Lugar	(sem subcategoria)
6) Justiça	6.1) Justiça Climática 6.2) Justiça Intergeracional 6.3) Justiça Social

Surgiram diferenças relativas à informação que foi defendida na revisão de literatura e a informação obtida através da análise temática conduzida pela plataforma *Nvivo*, e as figuras 1 e 2 ajudam a ilustrar graficamente essas diferenças:

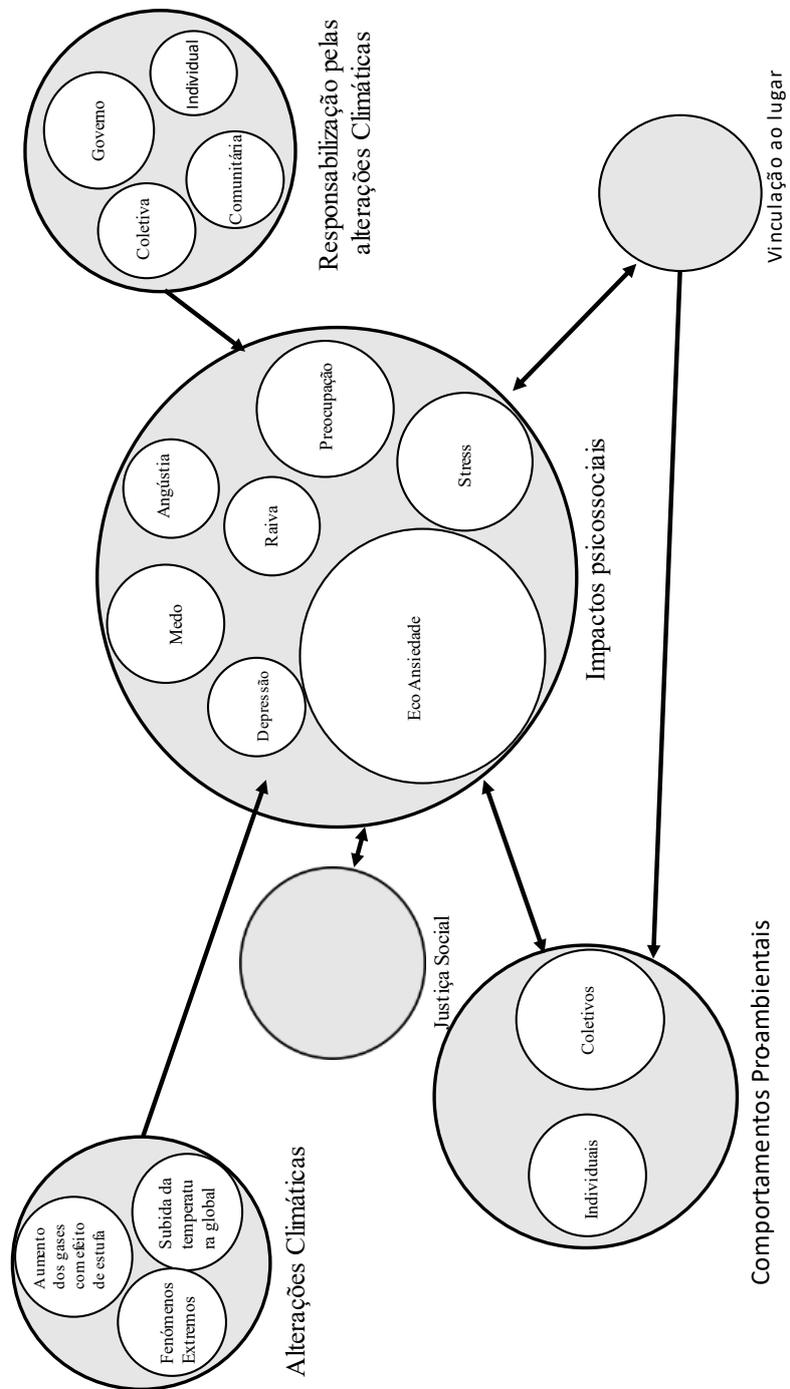


Figura 1

Ilustração Gráfica dos resultados esperados a partir da revisão de literatura

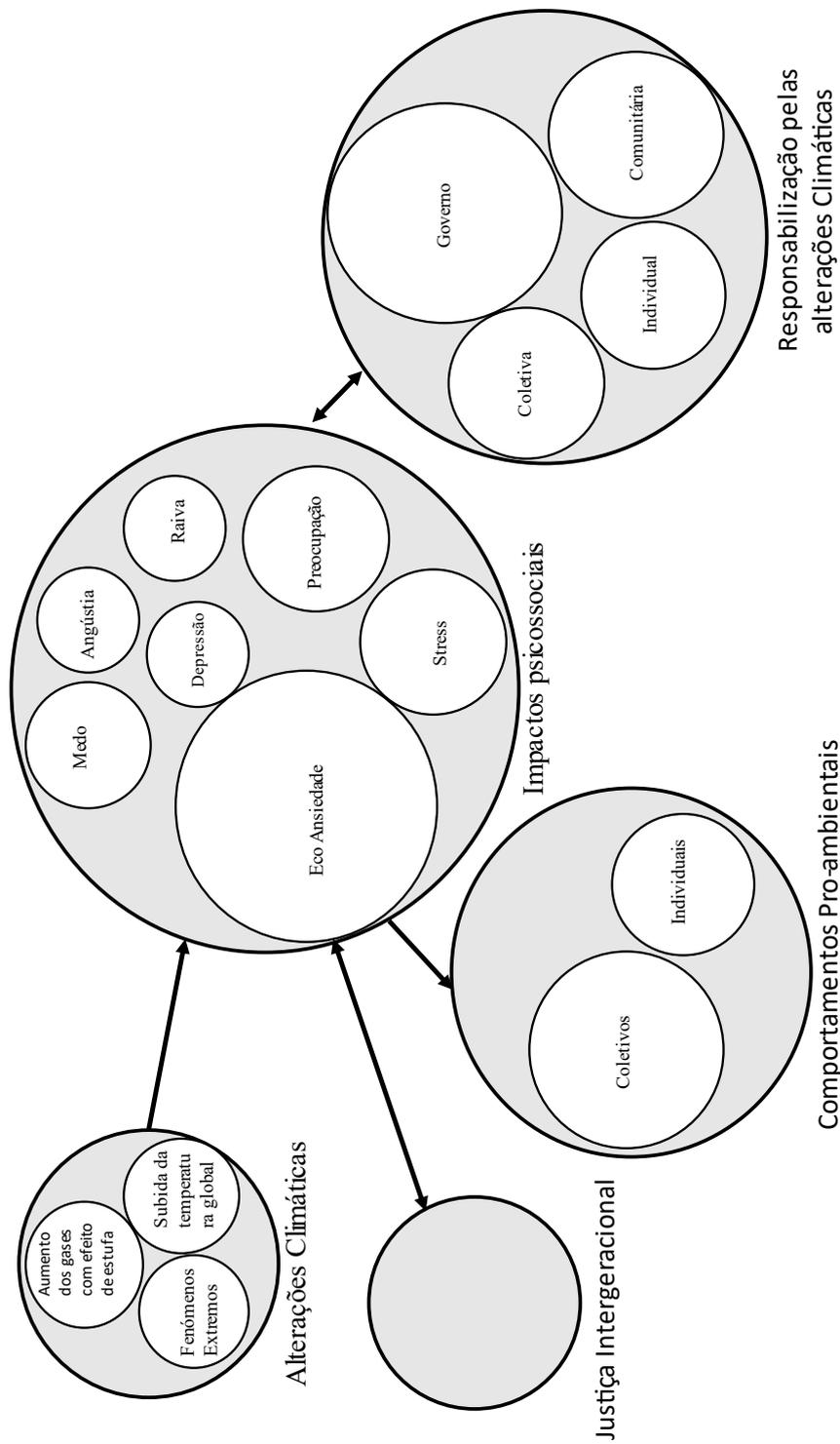


Figura 2

Ilustração Gráfica dos resultados obtidos através da análise temática dos dados

As alterações climáticas estiveram presentes na globalidade das notícias, com a mesma gravidade relatada pelo IPCC (2021), nomeadamente ao nível dos impactos na saúde mental (Cianconi et al, 2020; Clayton e Manning, 2018; Doherty & Clayton, 2011), com a exceção da informação que surge no jornal Observador, como apontado acima. Para além disso, e como relatado pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change*, os excertos retirados dos jornais mostram que as mudanças climáticas influenciam os meios de subsistência, a segurança alimentar, o abastecimento de água, a segurança humana e o crescimento económico, o que resulta numa maior probabilidade de os indivíduos enfrentarem problemas de saúde mental ou de agravar quadros clínicos mentais existentes. Dentro da categoria 1) “Alterações Climáticas”, identificámos que os eventos que surgem indicados nos discursos dos media analisados como materializando as alterações climáticas são 1.1.) “Fenómenos extremos”, 1.2.) “Subida da temperatura global” e 1.3) “Aumento dos gases com efeito de estufa”, como ilustrado abaixo:

Extrato n.5. Fenómenos Extremos

- a) *“As pessoas mais expostas ou deslocadas por condições climáticas extremas ou conflitos violentos correm um risco maior de enfrentar problemas de saúde mental.”* [Jornal Público, 16-09-2019]

Extrato n.6. Subida da Temperatura Global

- a) *“Em 2018, existiram em Portugal pelo menos 75 mil eventos de exposição a ondas de calor.”* [Jornal Público, 13-11-2019]
- b) *“O calor extremo também pode piorar algumas doenças mentais”* [Jornal Público, 16-09-2019]

Extrato n.7 Aumento dos gases com efeito de estufa

- a) *“As emissões de dióxido de carbono estão a diminuir a densidade nutricional de algumas culturas alimentares, reduzindo os níveis de proteína, zinco e ferro das plantas e levando a mais deficiências nutricionais. O fornecimento de alimentos também é interrompido pela seca, instabilidade social e desigualdade ligadas às mudanças climáticas.”* [Público, 16-09-2019]

Como já referido, os media tradicionais, e especificamente os jornais são responsáveis por representar os impactos psicossociais das alterações Climáticas (Reser & Swim, 2011). Têm uma elevada importância na criação de sentido, tal como referido por Castro, et al. (2012),

gerando, por vezes, impactos psicossociais que influenciam o comportamento de cada um (Maran & Begotti, 2021). Dos impactos inicialmente esperados como a eco-ansiedade, preocupação, medo, raiva, depressão e angústia, os que estiveram mais presentes nos discursos apresentados foram a eco-ansiedade o stress, o medo e a preocupação. A eco-ansiedade é semelhante à definição proposta, tratando-se de um medo/preocupação pelo futuro pessoal e planetário, derivados da degradação ambiental. Está representada associada ao stress e à incerteza pelo futuro do planeta (Doherty e Clayton, 2011; Pihkala, 2018).

Extrato n.8. Eco-ansiedade

- a) *““Já tive ataques de ansiedade a pensar nisto”, diz a jovem. “Se hoje já acontece tanta coisa devastadora, o que posso esperar do futuro?”, questiona” [Público, 24-08-2021]*
- b) *Começou a sentir alguma ansiedade com “pequenas coisas do dia-a-dia”. Se via alguém deitar lixo ou beatas para o chão, se ouvia falar de greenwashing, se via decisores políticos a culparem os indivíduos em vez de tomarem medidas. Mas a ansiedade foi evoluindo. “Quando tomava banho, sentia-me culpada. Deixei de comer carne, peixe e outros derivados de animais, até fiquei com uma anemia grave... Quando partilhou o que lhe estava a acontecer com a terapeuta que a acompanhava na altura, “ela não soube dizer que era eco ansiedade”. “Era um tema muito pouco falado na altura. Ainda hoje o é.” [Público, 04-03-2022]*

Os relatos evidenciam um maior efeito dos impactos na população mais jovem que teme pelo seu futuro, raramente surgindo associada a outra faixa etária. A maior cobertura dada aos impactos psicossociais surge no jornal Público com relatos de preocupações extremas e de eco-ansiedade severa que impedem os jovens de seguirem a sua vida com normalidade.

A “eco-ansiedade” apresenta-se na maior parte das notícias interligada ao stress, medo e preocupação, não existindo uma barreira clara entre os diversos conceitos, mostrando-se, por isso, interligados. Segundo Clayton e Manning (2018) a eco-ansiedade pode suscitar respostas negativas como a preocupação e o medo. Pihkala (2020) refere ainda que a eco-ansiedade está relacionada com o stress pelo futuro pessoal e planetário, sendo conceitos que acabam por surgir sempre associados também nos dados analisados.

O medo é reportado na maior parte das vezes como um medo do futuro, existindo, não

obstante, uma certa noção de perigo recente. Há uma tendência para que os relatos nos media surjam com uma ideia de que o futuro “é assustador”, os jovens “temem o futuro”, considerado por muitos até como um futuro condenado.

Excerto n.9. Medo

- a) *“Quem sofre de eco ansiedade sente-se profundamente afetado pelo medo e pela frustração: sente que é demasiado tarde para salvar o planeta; sofre porque pensa que não está a fazer o suficiente para travar os efeitos das alterações climáticas; teme o fim do mundo”*
[Jornal DN, 02-10, 2019]
- b) *“...o stress crónico ligado às alterações climáticas está a aumentar o risco de desenvolver problemas mentais e físicos afetando em particular os jovens, que estão em processo de desenvolvimento psicológico, físico e social (...) oito em cada dez jovens portugueses acreditam que o futuro é “assustador” e quase dois terços acreditam que o mundo está condenado -.* [Jornal Público, 24-09-2021]

A preocupação surge por vezes associada a alguma insegurança, sentida maioritariamente pelos jovens, uma vez mais, que temem as catástrofes naturais e aquilo que possa acontecer ao espaço que os rodeia. Esta preocupação chega a ser relatada como incapacitante e a afetar a vida quotidiana de alguns jovens.

Extrato n.10. Preocupação

- a) *“Há noites em que Sofia Oliveira se deita, mas não consegue adormecer com os cenários que a sua preocupação constrói. “Penso demasiado nas catástrofes ambientais à minha volta”, explica a jovem de 16 anos.”* [Jornal Público, 24- 10,-2021]
- b) *O estudo divulgado esta terça-feira ilustra o profundo nível de preocupação que os mais jovens, entre os 16 e os 25 anos, sentem em relação às alterações climáticas, com um impacto na forma como olham para o futuro ... os jovens portugueses expressam, no geral, uma maior preocupação do que a média dos dez países.* [Jornal Público, 14-09-2021]

Normalmente o que parece motivar o stress dos jovens, é a incorreta adequação de todos, em prol da mitigação do problema.

Extrato n.11. Stress

- a) *“Não por haver pessoas que desconheciam a crise climática, mas porque se questionava porque não se falava disto na escola “se é tão urgente”. “Ficava stressada com o próprio sistema, que não nos ensina e não coloca isto como uma prioridade” [Jornal Público, 19-03-2021]*
- b) *“O stress, a ansiedade, a depressão e o stress pós-traumático aumentarão com os impactos físicos das alterações climáticas. Deixam de ser riscos. Constituem, sim, uma realidade que temos de encarar, prevenir e mitigar.” [Jornal Público, 16-02-2022]*

A realidade à qual os indivíduos estão sujeitos, levam a que estes se comportem de forma a minimizar os impactos negativos sobre o planeta e o seu meio ambiente (Stern, 2000). Os discursos dos media enfatizam vastas vezes a adoção de comportamentos pro-ambientais, sendo que, aparecem mais excertos associados a ações coletivas ainda que sejam também frequentes os discursos relativos à alteração de comportamentos individuais quotidianos. Na grande maioria das vezes, os extratos surgem com relatos de jovens, como sendo a faixa etária mais preocupada com a mitigação das alterações climáticas e são os que mais organizam ações coletivas através da adesão em manifestações, greves de fome e greves escolares.

Extrato n. 12. Comportamentos pro ambientais coletivos

- a) *“Cerca de 20 localidades portuguesas terão ações de protesto em resposta ao apelo internacional do movimento Fridays For Future, desencadeado pela jovem ativista sueca Greta Thunberg.” [Jornal Observador, 19-03-2021]*
- b) *“Já que os adultos não querem saber do meu futuro, eu também não quero. Por isso, vou faltar às aulas por causa das alterações climáticas”, atira a ativista sueca nomeada para o Nobel da Paz que começou o movimento sozinha ... mas entretanto viu milhões de adolescentes de todo o mundo juntarem-se a ela.” [Jornal Público, 22-05-2019]*

Embora em menor quantidade, também surgem relatos de comportamentos individuais que são adotados por adultos:

Estrato n.13. Comportamentos pro ambientais individuais

- a) *“Temos que ser agentes ativos na defesa de práticas sustentáveis e educadores da comunidade sobre os riscos para a saúde das mudanças climáticas e da degradação ambiental.”* [Jornal Público, 11-11-2021]
- b) *Sempre que compro alguma coisa que me dá prazer penso no seu impacto ambiental ... Não gosto de deixar comida no prato para não contribuir para o desperdício alimentar... Mesmo quando cozinho em casa, tendo a reparar na quantidade de plástico e papel desperdiçado ao desempacotar os alimentos. Faço um esforço para reciclar tudo.* [Jornal Observador, 26-07-2019]

As responsabilizações associadas a uma não mitigação dos problemas surge fortemente marcada nos discursos apresentados pelos jornais, principalmente pelos jovens que acreditam que os governos precisam de tomar medidas mais severas e urgentes. Neste ponto 4) “Responsabilização pelas alterações climáticas”, a 4.1) “Responsabilização dos governos” é o tema mais presente nas notícias, tendo um enfoque mais relevante que aquele que seria inicialmente esperado. Os governos são considerados como os principais culpados da degradação do meio ambiente e são frequentemente acusados de se encontrarem inertes e não serem proativos numa mudança necessária:

Extrato n.14. Responsabilização dada aos Governos

- a) *“Mas o que me cria mais ansiedade e revolta são mesmo os políticos. À direita temos os negacionistas das alterações climáticas de origem antropogénica, quando sabemos que 100% das alterações provocadas nos últimos 200 anos são culpa nossa. À esquerda temos os moralistas, que assumem que somos culpados pelas alterações climáticas, mas negam as soluções para resolver o problema. A direita infeta o debate sobre as alterações climáticas, enquadrando o tema como “um ataque ao capitalismo” e ao nosso estilo de vida.*

A esquerda tende a misturar políticas de combate às alterações climáticas com políticas identitárias e de combate à desigualdade social. Ambas estas posições desvirtuam o problema. Criam ruído. Adiam soluções. Ambos apenas se preocupam com sinalizações de virtude, com minudências.” [Jornal Observador, 26-07-2019]

Mais uma vez aqui se revela com os discursos do jornal Observador tendem a dissociar as alterações climáticas dos sistemas políticos e sociais em que estão inseridas.

Imediatamente após a responsabilidade que é fornecida aos governos, surge nos discursos a Responsabilidade que é dada a outros atores com poder, nomeadamente às empresas.

Extrato n.15. Responsabilização Comunitária

- a) *“...num planeta onde apenas 100 empresas são responsáveis por mais de 70% das emissões globais, desde 1988. A culpa das alterações climáticas não é nossa — o que não é o mesmo que dizer que só nos resta sentar no sofá e ver o planeta a arder.” [Jornal Público, 04-11-2021]*

Nas responsabilidades fornecidas ao individual e ao coletivo há uma certa tendência de frustração e de culpa, uma vez que os jovens consideram que o que fazem não chega para inverter a situação.

Extrato n.16. Responsabilização Individual

- a) *“...adolescentes em grande sofrimento, porque sentem que não estão a fazer tudo o que está ao seu alcance, quer do ponto de vista individual quer na lógica de sensibilização dos outros, para travar os efeitos das alterações climáticas e proteger o planeta”. Vivem “com um grande sentimento de culpa e impotência” [Jornal DN, 2-10-2019]*

Extrato n.17. Responsabilização coletiva

- a) *“a “falta de ação individual e coletiva” era um dos gatilhos que, aos 14 anos, já a fazia sentir “ansiedade e frustração” [Jornal Público 19-03-2021]*

Embora a justiça social surja com alguma relevância na revisão de literatura inicial, uma vez que as alterações climáticas não afetam todos da mesma forma, atingindo os mais vulneráveis geograficamente, menos protegidos e com menos recursos socioeconômicos, com escasso acesso a recursos e a informação tal como referido por Kessler, et al. 2008), os discursos dos media sugerem uma outra forma de justiça, a justiça intergeracional, como mais relevante. Este tipo de justiça é amplamente abordada, não tendo sido identificados discursos associados a outros tipos de (in)justiça.

Extrato n.18. Justiça Intergeracional

- a) *“Durante a sua vida, uma criança nascida em 2020 vai testemunhar, em média, o dobro dos ciclones tropicais, o dobro dos incêndios, o triplo da escassez agrícola, o triplo das secas, o triplo das inundações em rios e sete vezes mais ondas de calor do que os seus avós nascidos em 1960”* [Jornal Observador, 06-10-2021]
- b) *“Uma geração inteira na rua. Porquê? Porque temos direito a exigir a quem está no poder que nos assegure um futuro sustentável para viver. Afinal, somos a geração sobre a qual caiu em cima o mais pesado dos fardos: herdar um planeta quase morto.”* [Jornal Público, 11-03-2019]

A Vinculação ao Lugar ao nível global, nacional ou local pode influenciar a adoção de comportamentos de mitigação, tal como referido por Scannell e Gifford (2013) mostrando-se relevante explorá-la no nosso estudo. A literatura mostra-nos que uma maior relação com o lugar de residência (ao nível local) está associada a uma maior adesão a comportamentos de mitigação, não existindo informação sobre como podem ser minimizados os impactos psicossociais dos indivíduos através dessa relação (Nicolosi & Corbett, 2017; Scannell & Gifford, 2013). No entanto, outros estudos mostram que uma elevada vinculação ao planeta está também associada a uma maior preocupação com as alterações climáticas (Devine-Wright & Batel, 2017). Embora a Vinculação ao Lugar esteja a ganhar, nos últimos anos, atenção científica, tal como é sugerido por Lewicka (2010), não existiram menções à Vinculação ao Lugar em nenhum dos níveis e não foi possível identificar de forma clara qualquer tipo de relação com este processo sociopsicológico nos discursos analisados. Nas notícias são apresentados discursos onde estão presentes algumas preocupações com o local onde as pessoas residem, mas também existem preocupações com as principais áreas do globo onde estão a

ocorrer impactos diretos das alterações climáticas como o degelo, no entanto estes discursos nunca surgem diretamente associados com impactos psicossociais específicos das alterações climáticas nem particularmente com diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais.

Capítulo 4

Conclusões e Discussão

Atualmente, a crise climática é um dos principais problemas que as sociedades enfrentam, tal como mencionado por Schneider (2011) e, por esse motivo, são cada vez mais reportados impactos não só diretos relacionados com as alterações climáticas, através de catástrofes naturais, mas também indiretos, ao nível da saúde mental, tal como referido por Doherty & Clayton (2011), impactos indiretos esses marcados pela exposição pelos media dos impactos antecipados e vividos das alterações climáticas por todo o planeta. Assim, esta dissertação de mestrado pretendeu responder à pergunta principal “Como são representados, pelos jornais portugueses, os impactos psicossociais das alterações climáticas?” Para além deste objetivo principal propusemo-nos perceber: 1) “Quais é que são especificamente esses impactos representados (nomeadamente o recente e crescente fenómeno da eco-ansiedade?”; 2) “A quem são atribuídas responsabilidades e que estratégias de *coping*, mais individuais ou coletivas, são referidas pelos media?”; 3) “A vinculação ao lugar à escala global, nacional e/ou local, surge nos discursos dos media como tendo um papel na relação entre as alterações climáticas e os seus impactos psicossociais?”

Ao longo de toda a revisão de literatura percebemos que o tema é recente e carece ainda de muita informação e de pesquisa. Os impactos psicossociais das alterações climáticas são uma matéria complexa que está, tal como referido por Doherty & Clayton (2011) envolvida por muitas ciências, desde tecnológicas às sociais e ecológicas. Percebemos, por isso, a complexidade do tema e o défice que possa existir ainda na investigação, uma vez que as alterações climáticas têm tido um impacto cada vez maior na vida das pessoas. Percebeu-se também que embora haja psicólogos/as a trabalhar já com este problema, não existe grande menção a este tipo de apoio presente nas notícias, o que implica investimento em estudos que forneçam informações sobre adaptações sociais e uma melhor gestão de recursos, tal como referido por Doherty e Clayton (2011), uma vez que afetam o bem-estar psicológico (Cianconi et al., 2020).

Percebemos que assim como as pessoas tendem a priorizar as preocupações, tal como sugerido por Marx, et al. (2007), os media também acabam por o fazer, porque, assim como é demonstrado, a partir do momento que surgiu a pandemia por COVID-19, os impactos psicossociais das alterações climáticas deixam de surgir nos jornais, acabando por ser descurado um problema que é real e necessita de cobertura, porque os media, e especificamente os media

tradicionais (televisões, imprensa escrita) são responsáveis por representar estas questões e aspetos associados, e constituem-se não só como um importante retrato do que acontece nas sociedades, mas também influenciam a forma como as pessoas representam os problemas que estão a acontecer, também sugerido por Reser e Swim (2011), sendo que se forem desprezados estes problemas climáticos, é difícil que ocupem um lugar de prioridade e consequente importância para o público.

Um facto relevante e que precisa de ser realçado é que em todas as notícias os jovens surgem como a faixa etária que mais sofre com os impactos psicossociais das alterações climáticas, assim como aquela que mais se envolve em situações de mitigação do problema. Por um lado, isto parece estar a ter consequências psicossociais importantes, precisamente porque os jovens pensam não ter filhos para limitar o sofrimento às gerações seguintes, acusam fortemente as gerações anteriores dos problemas ambientais e culpabilizam os governos. Por outro lado, os jovens são uma geração mais tecnológica que tem um contacto facilitado com informações pouco fidedignas e que podem contribuir para alguma incerteza e consequente aumento da eco-ansiedade, uma vez que a eco-ansiedade pode ser definida como estando associada à incerteza futura planetária e, desta forma, contribuir para que os indivíduos fiquem ansiosos, pressupondo-se que, lidando com informação menos real e fundamentada, seja um foco de incerteza e de consequente ansiedade também. Adicionalmente, estes resultados mostram que apesar do reconhecimento da injustiça intergeracional, muitos dos impactos psicossociais e ação para procurar soluções para combater as alterações climáticas são apresentados como estando associados com os jovens, o que pode levar ao efeito de retirar responsabilidade dos adultos ou da sua perceção como não sendo afetados por estes problemas.

Os impactos das alterações climáticas, especialmente a eco-ansiedade surgem com uma maior cobertura no jornal Público e na maior parte do conjunto das 60 notícias. A eco-ansiedade aparece relacionada com os restantes impactos, nomeadamente com os três mais abordados como o stress, o medo e a preocupação. A eco-ansiedade surge associada a uma preocupação severa com a degradação ambiental e que está relacionada com o stress pelo futuro pessoal e planetário (Clayton & Manning, 2018; Pihkala, 2020). Enquanto a eco-ansiedade surge associada a todos estes, é interessante perceber que cada um dos impactos aparece relacionado com diferentes temporalidades, principalmente o medo e o stress, ou seja, o medo surge nos discursos como uma resposta a algo que pode acontecer futuramente, chegando mesmo a considerarem o futuro assustador e até o medo do fim do mundo. O stress é representado como uma emoção difícil associada ao presente, que provém da observação de comportamentos errados diários como uma torneira aberta mais tempo que o que devia ou leis que consideram

erradas, diferindo da visão de Pihkala (2020) e de Doherty e Clayton (2011) que abordam o stress como estando associado ao receio pelo futuro planetário. A preocupação com a crise climática surge associada à incerteza e está representada como um resultado da percepção da degradação do ambiente, preocupação essa real e presente, mas também futura, não existindo uma fase temporal associada, mas indo ao encontro de Doherty e Clayton (2011) que referem que a preocupação deriva da ameaça ao ambiente como é conhecido.

Quanto à responsabilização pelas alterações climáticas, esta é maioritariamente posta no governo, na maior parte das notícias, através de uma culpabilização pela inação/ inércia no que toca à sua mitigação. Esta culpabilização tem uma maior ênfase do que a que era esperada, tal como já foi referido. Percebemos que a autoeficácia individual é afetada pela crença de que os governos pouco fazem para diminuir a emissão de gases com efeitos de estufa (Lorenzoni et al. 2007). Esta pode ser uma informação importante, uma vez que há uma certa tendência para que nos discursos dos Media surja essa ideia relativa à fraca contribuição dos governos para combater as alterações climáticas, o que pode influenciar negativamente uma adoção de comportamentos pro ambientais, de uma forma generalizada. O mesmo acontece com as empresas, que aparecem como os principais culpados a seguir aos governos, nas notícias. Bickerstaff, et al. (2008) defendem que as empresas têm um papel fundamental na atenuação dos efeitos da crise climática, mas as pessoas tendem a não confiar na sua ação, o que também surge demonstrado nas notícias.

Há que ter em conta que a autoeficácia percebida pode também ser influenciada pelo crescente aparecimento de informação nos media sobre ameaças ao ambiente tal como é conhecido, tornando os indivíduos menos capazes de compreenderem e mitigarem eficazmente o problema (Kellstedt et al., 2008). A presente dissertação aborda os impactos psicossociais das alterações climáticas e é importante referir que há emoções que podem desmotivar os comportamentos em prol do ambiente como a depressão ou a ansiedade (que podem culminar numa eco-paralisia), diversas vezes abordadas nas notícias, ao contrário da raiva e do medo que promovem a ação, muitas vezes de forma coletiva, através de manifestações e protestos (Albrecht, 2011; Myers et al., 2012; Stanley et al., 2021). Ao longo da análise das notícias percebemos que há discursos sobre quem se sinta motivado a agir e discursos sobre quem se sinta paralisado, havendo uma possível relação com os impactos psicossociais que são apresentados como estando a sentir as pessoas entrevistadas ou reportadas. Importa realçar que nos discursos dos media aparecem com um maior relevo os comportamentos pro ambientais coletivos. As notícias abordam, em maior número, ações coletivas como manifestações que ocorreram a nível nacional, nomeadamente em várias cidades, greves de fome que são feitas

em grupo, greve à escola, também equacionados por grupos, o que nos leva a considerar que os indivíduos possam acreditar que uma ação coletiva tenha mais força e seja mais sensibilizadora que uma ação individual. Esta informação vem ao encontro do que é referido por Barth, et al. (2021) que referem que em grupo, os indivíduos passam a acreditar que, embora seja difícil mudar algo relevante através da ação individual, possa haver a chance de reverter algo coletivamente até porque Lorenzoni, et al. (2007) acrescenta ainda que os problemas climáticos tendem a ser considerados pelos indivíduos como coletivos e que existe a crença de que uma atitude individual não sirva para mudar o contexto que é coletivo, desprezando desta forma o poder da autoeficácia de cada um.

Quanto à última pergunta de investigação que nos propusemos explorar e responder, relativa a se era atribuído no discurso dos media algum papel à vinculação ao lugar na relação com os impactos psicossociais das alterações climáticas e se sim, qual, em termos de escala (local, nacional, global), não encontramos resultados relevantes, porque não existem discursos que abordem diretamente a vinculação ao lugar a esses diferentes níveis, nos media. A potencial relevância da vinculação ao lugar acaba por surgir, no entanto, indiretamente relacionada não só com o nível local como também com o nível global. Para além de ser salientado muitas vezes o perigo local das alterações climáticas nos discursos dos media analisados, através de relatos onde há o medo de se evidenciarem problemas no local ou cidade onde os indivíduos moram (através de ondas de calor ou cheias) há quem considere (e em maior número que o grupo anterior) todo o planeta ameaçado e em risco, especialmente em zonas como o Ártico onde os efeitos são mais visíveis, entre outras regiões no mundo mais problemáticas, evidenciado pelos cartazes que os jovens seguram em manifestações, presentes nos discursos dos media, onde as mensagens são globais e os discursos abordam o “planeta” e “futuro do planeta”. Isto aponta que pesquisa futura deveria explorar e analisar de forma mais sistemática e aprofundada qual o papel que a vinculação ao lugar pode ter como moderadora da relação entre as alterações climáticas e os seus impactos psicossociais e também na relação com comportamentos pró-ambientais, nomeadamente coletivos. De facto, Devine-Wright e Batel (2017) defendem e realçam a importância da vinculação ao lugar à escala global e referem que os indivíduos ligados ao planeta globalmente, consideram as mudanças climáticas mais relevantes e relacionam-se mais eficazmente com as questões ambientais globais. Os discursos sugerem, deste modo, que há uma provável relação com a escala global e, por isso e segundo Devine-Wright e Batel (2017) e Nicolosi e Corbett (2017) serão provavelmente indivíduos que veem as mudanças climáticas como pessoalmente relevantes, o que os torna mais pró-ativos face à mitigação das alterações climáticas (tal como nos é apresentado nas notícias) possuem também

índices mais altos de preocupação e uma maior noção do problema como sendo antropogénico. É, no entanto, o grupo que aparenta ser mais preocupado e eco ansioso pelas mudanças climáticas. Isto sugere que (e uma vez que parece haver uma ligação à escala global e os torne mais proativos com o problema) o peso de mitigar as alterações climáticas possa estar associado a um fardo pesado que os indivíduos tentam aguentar e melhorar. Todavia, essa vontade mitigar as alterações climáticas, uma vez que lhes são relevantes, pode fazê-los sentir mais ansiedade, stress e preocupação. Não há, no entanto, muita informação na literatura sobre este tema e será necessária mais investigação nesta área, de forma a percebermos se existe alguma relação entre a vinculação à escala global e a uma maior tendência aos impactos psicossociais resultantes das mudanças climáticas.

Apesar dos contributos deste trabalho para esta área de pesquisa ainda em desenvolvimento, identificados acima, o presente trabalho também apresenta algumas limitações. É um estudo claramente exploratório, uma vez que ainda existem poucos estudos que abordem a problemática por esta perspetiva, por ser um tema recente e de alguma complexidade. Apesar da importância da análise dos discursos dos media sobre esta questão, tendo em conta que é uma área em que ainda não foi realizada muita investigação, poderia ter sido mais informativo ter realizado alternativamente ou complementarmente entrevistas com jovens para melhor compreender as experiências vividas de eco-ansiedade e como estão associadas com crenças e comportamentos ambientais. Especificamente em Portugal, e como evidenciado pelo tamanho da nossa amostra, a eco-ansiedade ainda não é muito discutida nos media, e por isso poderia ter sido relevante também complementar a análise dos jornais nacionais com a análise de jornais internacionais de países em que questões com a eco-ansiedade e aspetos associados já são discutidos há mais tempo e com maior frequência, como o Reino Unido (Lawton, 2019).

Quanto a investigação futura, seria interessante, em estudos futuros aprofundar a questão da vinculação a diferentes escalas e perceber se existe alguma relação entre a vinculação à escala global e uma maior tendência aos impactos psicossociais resultantes das mudanças climáticas, provavelmente através de entrevistas e questionários a jovens, que são a principal faixa etária abordada pelas notícias. Seria importante também analisar de forma mais aprofundada quais os impactos e consequências psicossociais e para comportamentos pró ambientais da responsabilização dos governos – um resultado claro do presente trabalho, é que essa responsabilização surge associada à eco-ansiedade e impactos psicossociais negativos relacionados, pela diminuição associada da perceção de autoeficácia individual. Os comportamentos coletivos parecem surgir como a resposta necessária, mas a sua eficácia

percebida e impactos na redução da eco-ansiedade e de outros impactos negativos na saúde mental individual, precisam de ser mais bem explorados e identificados.

Contudo, o presente trabalho constitui um passo adicional na exploração e melhor compreensão das representações dos media quanto aos impactos na saúde mental das alterações climáticas e da forma como os associam com outros impactos psicossociais e fatores importantes para ação ambiental, como a responsabilização de diferentes atores (Batel et al., 2016). Constitui-se assim também um contributo com implicações práticas importantes, nomeadamente no apoio à reconstrução da comunicação dos media no sentido de estarem mais alerta para as implicações dos seus discursos neste tipo de questões e do impacto psicossocial relevante que podem ter.

Referências Bibliográficas

- Albrecht, G. (2011). Chronic environmental change: Emerging 'psychoterratic' syndromes. In I. Weissbecker (Ed.), *Climate change and human well-being: Global challenges and opportunities* (pp. 43–56). Springer Science + Business Media. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-9742-5_3
- Albrecht, G. (2005). 'Solastalgia': a new concept in health and identity. *PAN: philosophy activism nature*, (3), 44-59.
- Barth, M., Masson, T., Fritsche, I., Fielding, K., & Smith, J. R. (2021). Collective responses to global challenges: The social psychology of pro-environmental action. *Journal of Environmental Psychology*, 74, 101562. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2021.101562>
- Batel, S., & Küpers, S. (2022). Politicizing hydroelectric power plants in Portugal: spatio-temporal injustices and psychosocial impacts of renewable energy colonialism in the Global North. *Globalizations*, 1-20.
- Batel, S., Castro, P., Devine-Wright, P., & Howarth, C. (2016). Developing a critical agenda to understand pro-environmental actions: contributions from Social Representations and Social Practices Theories. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 7(5), 727-745. <https://doi.org/10.1002/wcc.417>
- Batel, S., Devine-Wright, P. (2015). Towards a better understanding of people's responses to renewable energy technologies: Insights from Social Representations Theory. *Public Understanding of Science*, 24(3), 311–325. doi:10.1177/0963662513514165
- Bickerstaff, K., Lorenzoni, I., Pidgeon, N.F., Poortinga, W., Simmons, P. (2008). Reframing nuclear power in the UK energy debate: nuclear power, climate change mitigation and radioactive waste. *Public Understanding of Science*, 17(2), 145–169. doi:10.1177/0963662506066719
- Bonaiuto, M., Mao, Y., Roberts, S., Psalti, A., Ariccio, S., Ganucci Cancellieri, U., Csikszentmihalyi, M. (2016). Optimal Experience and Personal Growth: Flow and the Consolidation of Place Identity. *Frontiers in Psychology*, 7(1654),1-12. doi:10.3389/fpsyg.2016.01654

- Boykoff, Maxwell T.; Yulsman, Tom (2013). Political economy, media, and climate change: sinews of modern life. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 4(5), 359–371. doi:10.1002/wcc.233
- Braun, V., & Clarke, V (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. doi:10.1191/1478088706qp063oa
- Carvalho, A. (2008). Media(ted) discourse and society: Rethinking the framework of critical discourse analysis. *Journalism Studies*, 9(2), 161–177. <https://doi.org/10.1080/14616700701848162>
- Carvalho, A. (2011). A reconstrução mediática das alterações climáticas. Em A. Carvalho, E. Pereira, A. T. Rodrigues & A. P. Silveira (Eds.), *As alterações climáticas, os media e os cidadãos* (1st ed., pp. 105-144). Grácio Editor.
- Castro, P., Mouro, C., & Gouveia, R. (2012). The Conservation of Biodiversity in Protected Areas: Comparing the Presentation of Legal Innovations in the National and the Regional Press. *Society & Natural Resources*, 25(6), 539–555. doi:10.1080/08941920.2011.606459
- Cianconi, P., Betrã, S., Janiri, L. (2020). The Impact of Climate Change on Mental Health: A Systematic Descriptive Review. *Frontiers in Psychiatry*, 11(74),1-15. doi:10.3389/fpsy.2020.00074
- Clayton, S., & Manning, C. (2018). *Introduction. Psychology and Climate Change*, 1–10. doi:10.1016/b978-0-12-813130-5.00001-1
- Clayton, S., & Manning, C. (Eds.). (2018). *Psychology and climate change: Human perceptions, impacts, and responses*. Elsevier Academic Press.
- Corbett, J. B., & Durfee J. L. (2004). Testing Public (Un)Certainty of Science: Media Representations of Global Warming. *Science Communication*, 26(2), 129–151. doi:10.1177/1075547004270234
- Devine-Wright, P. & Batel, S. (2017). My neighbourhood, my country or my planet? The influence of multiple place attachments and climate change concern on social acceptance of energy infrastructure. *Global Environmental Change*. 47, 110-120. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2017.08.003>
- Devine-Wright, Patrick (2013). Think global, act local? The relevance of place attachments and place identities in a climate changed world. *Global Environmental Change*, 23(1), 61–69. doi:10.1016/j.gloenvcha.2012.08.003

- Dickinson, J. L., Crain, R., Yalowitz, S., Cherry, T. M. (2013). How Framing Climate Change Influences Citizen Scientists' Intentions to Do Something About It. *The Journal of Environmental Education*, 44(3), 145–158. doi:10.1080/00958964.2012.742032
- Dilling (Eds.), *Creating a climate for change: Communicating climate change and facilitating social change* (pp. 44–63). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511535871.005>
- Doherty, T. J., & Clayton, S. (2011). The psychological impacts of global climate change. *American Psychologist*, 66(4), 265–276. <https://doi.org/10.1037/a0023141>
- Felton, J. W., Cole, D. A., & Martin, N. C. (2013). Effects of rumination on child and adolescent depressive reactions to a natural disaster: The 2010 Nashville flood. *Journal of Abnormal Psychology*, 122(1), 64–73. <https://doi.org/10.1037/a0029303>
- François, B., & Willox, A. C. (2014). Climate change: The next challenge for public mental health?. *International Review of Psychiatry*, 26(4), 415–422. doi:10.3109/09540261.2014.925851
- Fritze, J. G., Blashki, G. A., Burke, S., Wiseman, J. (2008). Hope, despair and transformation: Climate change and the promotion of mental health and wellbeing. *International Journal of Mental Health Systems*, 2(1), 13–0. doi:10.1186/1752-4458-2-13
- Gifford, E., & Gifford, R. (2016). The largely unacknowledged impact of climate change on mental health. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 72(5), 292–297. doi:10.1080/00963402.2016.1216505
- Halpenny, E. (2010). Pro-environmental behaviors and park visitors: The effect of place attachment. *Journal of Environmental Psychology*, 30(4), 409–421. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2010.04.006>
- Homburg, A., Stolberg, A. (2006). Explaining pro-environmental behavior with a cognitive theory of stress. *Journal of Environmental Psychology*, 26(1), 1–14. doi:10.1016/j.jenvp.2006.03.003
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2021). *Summary for Policymakers* (6a ed). WGI
- Kellstedt, P. M., Zahran, S., Vedlitz, A. (2008). Personal Efficacy, the Information Environment, and Attitudes Toward Global Warming and Climate Change in the United States. *Risk Analysis*, 28(1), 113–126. doi:10.1111/j.1539-6924.2008.01010.x

- Kessler, R C; Galea, S; Gruber, M J; Sampson, N A; Ursano, R J; Wessely, S (2008). Trends in mental illness and suicidality after Hurricane Katrina. *Molecular Psychiatry*, 13(4), 374–384. doi:10.1038/sj.mp.4002119
- Lawton, G. (2019). I have eco-anxiety but that's normal. *New Scientist*, 244(3251), 22. doi:10.1016/S0262-4079(19)31914-1
- Leiserowitz, A. (2007). Communicating the risks of global warming: American risk perceptions, affective images, and interpretive communities. In S. C. Moser & L.
- Lewicka, M. (2010). What makes neighborhood different from home and city? Effects of place scale on place attachment. *Journal of Environmental Psychology*, 30(1), 35–51. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2009.05.00>
- Liberman, N., & Trope, Y. (2003). Construal level theory of intertemporal judgment and decision. In G. Loewenstein, D. Read, & R. Baumeister (Eds.), *Time and decision: Economic and psychological perspectives on intertemporal choice* (pp. 245–276). Russell Sage Foundation.
- Lorenzoni, I., & Pidgeon, N. (2006). Public Views on Climate Change: European and USA Perspectives. *Climate Change*, 77(1), 73–95. doi:10.1007/s10584-006-9072-z
- Lorenzoni, I., Nicholson-Cole, S., Whitmarsh, L. (2007). *Barriers perceived to engaging with climate change among the UK public and their policy implications. Global Environmental Change*, 17(3-4), 445–459. doi:10.1016/j.gloenvcha.2007.01.004
- Maran, D. A., & Begotti, T. (2021). Media exposure to climate change, anxiety, and efficacy beliefs in a sample of Italian University students. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(17) 2-11. <https://doi.org/10.3390/ijerph18179358>
- Marx, S. M., Weber, E. U., Orlove, B. S., Leiserowitz, A., Krantz, D. H., Roncoli, C., Phillips, J. (2007). Communication and mental processes: Experiential and analytic processing of uncertain climate information. *Global Environmental Change*, 17(1), 0–58. doi:10.1016/j.gloenvcha.2006.10.004
- Masson, T., & Fritsche, I. (2021). We need climate change mitigation and climate change mitigation needs the ‘We’: A state-of-the-art review of social identity effects motivating climate change action. *Current opinion in behavioral sciences*, 42, 89-96. <https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2021.04.006>

- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211–250. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180303>
- Myers, S. B., Sweeney, A. C., Popick, V., Wesley, K., Bordfeld, A., & Fingerhut, R. (2012). Self-care practices and perceived stress levels among psychology graduate students. *Training and Education in Professional Psychology*, 6(1), 55–66. <https://doi.org/10.1037/a0026534>
- Nicolosi, E., & Corbett, J. B. (2017). Engagement with climate change and the environment: a review of the role of relationships to place. *Local Environment*, 23(1), 77–99. doi:10.1080/13549839.2017.1385002
- Nisbet, M. C., Myers, T. (2007). The Polls Trends: Twenty Years of Public Opinion about Global Warming. *Public Opinion Quarterly*, 71(3), 444–470. doi:10.1093/poq/nfm031
- Ogunbode, C. A., Pallesen S., Böhm, G., Doran, R., Bhullar, N., Aquino, S., Marot, T., Schermer, J. A., Wlodarczyk, A., Lu, S., Jiang, F., Salmela-Aro, K., Hanss, D., Maran D. A., Ardi, R., Chegeni, R., Tahir, H., Ghanbarian, E., Park, J., ...Lomas, M. J. (2021). Negative emotions about climate change are related to insomnia symptoms and mental health: Cross-sectional evidence from 25 countries. *Current Psychology*. doi:10.1007/s12144-021-01385-4
- Olausson, U. (2011). “We’re the Ones to Blame”: Citizens’ Representations of Climate Change and the Role of the Media. *Environmental Communication*, 5(3), 281-299. doi: 10.1080/17524032.2011.585026
- Padhy, S., Sarkar, S., Panigrahi, M., Paul, S. (2015). Mental health effects of climate change. *Indian J Occup Environ Med*, 19(1), 3-7. [10.4103/0019-5278.156997](https://doi.org/10.4103/0019-5278.156997)
- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. (2021).
- Pidgeon, Nick (2012). Public understanding of, and attitudes to, climate change: UK and international perspectives and policy. *Climate Policy*, 12(sup01), S85–S106. doi:10.1080/14693062.2012.702982
- Pihkala, P. (2018). Eco Anxiety, Tragedy, and Hope: Psychological and spiritual dimensions of climate change. *Zygon*, 53(2), 545–569. doi:10.1111/zygo.12407
- Pihkala, P. (2020). Anxiety and the Ecological Crisis: An Analysis of Eco-Anxiety and Climate Anxiety. *Sustainability*, 12(19), 1-20. <https://doi.org/10.3390/su12197836>

- Reser, J. P., & Swim, J. K. (2011). Adapting to and coping with the threat and impacts of climate change. *American Psychologist*, *66*(4), 277–289. doi:10.1037/a0023412
- Scannell, L., & Gifford, R. (2013). Personally Relevant Climate Change: The Role of Place Attachment and Local Versus Global Message Framing in Engagement. *Environment and Behavior*, *45*(1), 60–85. doi:10.1177/0013916511421196
- Scannell, L., & Gifford, R. (2010). Defining place attachment: A tripartite organizing framework. *Journal of Environmental Psychology*, *30*(1), 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2009.09.006>
- Schneider, R. O. (2011). Climate change: an emergency management perspective. *Disaster Prevention and Management*, *20*(1), 53–62. doi:10.1108/09653561111111081
- Spaargaren, G., & Van Vliet, B. (2000). Lifestyles, consumption and the environment: The ecological modernization of domestic consumption. *Environmental politics*, *9*(1), 50-76. <https://doi.org/10.1080/09644010008414512>
- Stanley, S. K., Hogg T. L., Leviston, Z., Walker I. (2021). From anger to action: Differential impacts of eco-anxiety, eco-depression, and eco-anger on climate action and wellbeing. *The Journal of Climate Change and Health*, *1*, 1-5. doi:10.1016/j.joclim.2021.100003
- Stern, P. C. (2000). New Environmental Theories: Toward a Coherent Theory of Environmentally Significant Behavior. *Journal of Social Issues*, *56*(3), 407–424. doi:10.1111/0022-4537.00175
- Sullivan, G., Vasterling, J. J. Han, X., Tharp, A. T., Davis, T., Deitch, E. A., Constans, J. I. (2013). Preexisting Mental Illness and Risk for Developing a New Disorder After Hurricane Katrina. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, *201*(2), 161–166. doi:10.1097/nmd.0b013e31827f636d
- van der Linden, S. (2014). On the relationship between personal experience, affect and risk perception: The case of climate change. *European Journal of Social Psychology*, *44*(5), 430–440. doi:10.1002/ejsp.2008
- Verplanken, B., Marks, E., Dobromir, A. I. (2020). *On the nature of eco-anxiety: How constructive or unconstructive is habitual worry about global warming?. Journal of Environmental Psychology*, *72*, 101528. doi:10.1016/j.jenvp.2020.101528

- Vu, H. T., Liu, Y.,Tran, D. V. (2019). Nationalizing a global phenomenon: A study of how the press in 45 countries and territories portrays climate change. *Global Environmental Change*, 58, 101942. doi:10.1016/j.gloenvcha.2019.101942
- Weber, E. U., & Stern, P. C. (2011). Public understanding of climate change in the United States. *American Psychologist*, 66(4), 315–328. <https://doi.org/10.1037/a0023253>